



DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Latino-americana II: DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Pedro Borba

Sítio eletrônico: netsal.iesp.uerj.br
Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Dossiê Temático nº5 – **Sociologia Latino-americana II: Desenvolvimento e Atualidade**
Rio de Janeiro – Dezembro de 2015
Documento de apoio à pesquisa organizado pelos pesquisadores do NETSAL

Responsável Editorial: Pedro Borba
Capa: Clóvis Borba

DOSSIÊ TEMÁTICO

Sociologia Latino-americana II: DESENVOLVIMENTO E ATUALIDADE

Sumário

1. Apresentação	4
2. O legado de Leopoldo Zea para a América Latina: uma nota – Francini Oliveira	6
3. Notas sobre o CLAPCS na “era Costa Pinto” (1957-1961): construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre América Latina no Brasil – Breno Bringel, Leonardo Nóbrega, Felipe Macedo, Lília Macêdo e Humberto Machado	10
4. La sociología en Argentina: apuntes para un estado de situación – Lucas Rubinich	19
5. La sociología en Chile hoy – Kathyra Araujo	30
6. Un breve balance de la sociología en México – Enrique de la Garza Toledo	37
7. Resenha de “ <i>¿Qué significa pensar desde América Latina?</i> ” de Juan José Bautista S. – Natasha Bachini	43
8. Apêndice – Coordenação Executiva NETSAL	51

1. Apresentação

Com enorme prazer que apresentamos a quinta edição dos Dossiês Temáticos do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), sob o título *Sociologia latino-americana II: desenvolvimento e atualidade*. Como o próprio nome sugere, este documento desdobra o anterior, já preocupado com as potencialidades e iniciativas do pensamento social e político na América Latina. Com isso, completamos um ciclo bianual de debates no seio do núcleo sobre as intersecções entre a circulação de ideias em escala latino-americana, as hierarquias na produção de conhecimento e os significados da epistemologia para as ciências sociais. Através do resgate histórico e do panorama contemporâneo, os dois Dossiês complementam-se sem arbitrar necessariamente um juízo definitivo. Segundo o espírito originalmente estipulado para esta publicação, agrega-se aqui materiais de apoio à pesquisa, ou seja, análises, entrevistas e resenhas cuja pluralidade possa fomentar o debate de ideias ao redor do tópico em questão.

Por outro lado, cumpre observar o reforço, nesta edição de 2015, de uma tendência em direção à prevalência de contribuições originais na composição do Dossiê. Essa inflexão é vista com bons olhos na medida em que é consequência da própria dinâmica de pesquisa do NETSAL, combinada a certa maleabilidade do perfil editorial dos Dossiês Temáticos. Baseando-se inicialmente na compilação de textos já disponíveis alhures, eles caminharam para o atual formato pelo acúmulo dos pesquisadores envolvidos e pela natureza do tema tratado. Em busca de textos que melhor pudessem se inserir no debate, ficamos honrados em contar nesta edição, além da produção própria da equipe, com aportes originais de renomados pesquisadores do México, da Argentina e do Chile para uma avaliação situada das trajetórias do pensamento sociológico nestes países.

Convém também valorizar o retorno que temos recebido das edições já publicadas. Com um ano conturbado e ainda indefinido na política brasileira, o Dossiê Temático n.2 sobre conjuntura política (junho/2013) tem recebido renovado interesse, especialmente através da busca por uma perspectiva de conjunto e historicamente ampla sobre a crise atual. Da mesma forma, as avaliações em torno ao segundo aniversário das jornadas de junho reavivaram o interesse no Dossiê Temático sobre o tema (n. 3, dez/2013), no qual

insistíamos em uma mirada global para as novas formas de protesto e ação coletiva. Nossa propósito, em quaisquer dos casos, segue sendo oferecer um compêndio criterioso de material para embasar o debate, não só dos próprios pesquisadores do NETSAL, mas de todos aqueles possíveis interessados.

Afora esta apresentação e um apêndice, este Dossiê Temático traz seis textos inéditos sobre sociologia latino-americana. No primeiro, Francini Oliveira reflete sobre o papel central de Leopoldo Zea na articulação institucional de uma comunidade epistêmica latino-americana já nas décadas de 1940 e 1950. Na sequência, a equipe de trabalho dedicada ao projeto de pesquisa sobre o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) apresenta uma síntese sobre o período em que Costa Pinto dirigiu a instituição, aprofundando as reflexões sobre circulação de ideias já presentes na edição anterior dos dossiês. No miolo do documento, incluímos textos inéditos de Lucas Rubinich (UBA), Kathya Araujo (UAHC) e Enrique de la Garza Toledo (UAM) sobre as trajetórias da sociologia na Argentina, no Chile e no México, respectivamente. Completando a edição, trazemos a resenha crítica feita por Natasha Bachini da mais recente obra do sociólogo boliviano Juan José Bautista, cujo mote é pensar desde a América Latina em uma chave decolonial. Por fim, o apêndice cumpre a função de atualizar o registro de nossas atividades iniciado já em 2014, sistematizando as publicações e os eventos que compuseram a trajetória do NETSAL ao longo de 2015.

Boa leitura a tod@s!

Breno Bringel e José Maurício Domingues (Coordenadores do NETSAL)

Pedro Borba (Coordenador-Executivo do NETSAL)

2. O legado de Leopoldo Zea para a América Latina: uma nota

Francini Oliveira¹

Escrever sobre Leopoldo Zea em poucas linhas é um tanto desafiador, afinal, considerando-se o alcance que sua obra atingiu no continente, assim como a amplitude e o caráter multifacetado de seu legado, soa problemático eleger uma perspectiva de análise em detrimento de tantas outras possíveis e necessárias que, somente quando consideradas em conjunto, podem dar conta da complexidade de sua trajetória. Obviamente, não há como ignorar a importância que sua produção teve para os intelectuais da chamada “América Latina” - sobretudo para aqueles dedicados ao pensamento social, ao ensaio e à história das ideias. Porém, gostaria de destacar um aspecto que, salvo raras exceções, tem sido deixado de lado pelos pesquisadores dedicados ao tema: refiro-me às ações pioneiras que o mesmo soube cavar do ponto de vista institucional e à sua capacidade em aglutinar intelectuais de diversos países em prol de um projeto comum e, com isso, incitar a formação de redes de trabalho com as quais se confundiria e teria sua carreira consolidada. Mas isso não sem antes explicitar ao leitor em que consistia o referido “projeto”.

Grosso modo, do ponto de vista das ideias que buscou sustentar, Zea defendia uma filosofia “americanista” ancorada em questões políticas. Um problema prévio que então se colocava aos pensadores da América Latina dizia respeito justamente à necessidade de se voltar ao estudo do passado a fim de averiguar não somente *o que fomos*, mas principalmente *o que poderíamos ser*. Havia a urgência para viabilizar a inserção de nossas nações na modernidade através de um projeto filosófico próprio, capaz de traduzir as necessidades de uma América com raízes ibéricas. Tratava-se, em outras palavras, de colocar a “Filosofia” a serviço da “Nação” e, assim, redefinir sua prática nos países do continente.

O modo, pois, como Zea viria a compreender a “Filosofia” e a definir o *métier* do filósofo, colocando ambos a serviço de uma reflexão voltada para o contexto específico da região, o levaria a um processo de reflexão fomentado na sua própria realidade histórica. O envolvimento dispendido estava, como já mencionado, preso às discussões sobre a formação de nossos países, bem como sobre as possibilidades de desenvolvimento do Estado Moderno. Em torno desse eixo específico é que iria gravitar a produção intelectual de inúmeros de nossos ensaístas, filósofos, cientistas sociais e historiadores – inclusive (e sobretudo) a do próprio Leopoldo Zea.

¹ Bolsista de Pós-Doutorado em Sociologia no IESP e pesquisadora do NETSAL. Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2012).

Na esteira desse “projeto” (para manter a voga fenomenológica bem na moda àquela altura), a intelectualidade do período teve de enfrentar problemas que, se hoje soam um tanto quanto ingênuos, foram vividos de modo dramático por tal geração, na medida em que eram considerados reivindicações cruciais para o sucesso e/ou malogro dessa espécie de “filosofia da realidade nacional” que se tentava criar. Contudo, não me parece ser o caso de discutir aqui em que medida o pensamento latino-americano de meados do XX estava ou não marcado por um nacionalismo político de caráter duvidoso; tampouco examinar, do ponto de vista do debate aí presente, seu grau de comprometimento ideológico. Conforme adiantei, gostaria de colocar em relevo as iniciativas de vezo institucional lideradas pelo filósofo – as quais, no bojo dessas demandas políticas, possibilitaram o surgimento de novas modalidades temáticas à então filosofia “praticada” no continente. Não obstante a originalidade com que Zea soubera se apropriar de toda uma tradição filosófica europeia ao longo de sua trajetória, penso que foi sobretudo do ponto de vista institucional que ele exerceu papel dos mais importantes.

Leopoldo Zea foi, sem dúvida, o herdeiro direto das ações pioneiras traçadas por José Gaos, no sentido de que fora o grande responsável pela articulação de uma rede intelectual de vanguarda na periferia dos sistemas intelectuais dominantes, mas não só: também soube, na condição de líder, coordenar ideias díspares e estabelecer linhas de ação para o grupo que “fundou” em meados do século XX (1940-1960). Durante anos, esteve à frente da organização de comitês, congressos e revistas especializadas – os quais auferiram ao seu núcleo de pesquisas e aos seus investigadores uma agenda bastante coesa de trabalho em prol do desenvolvimento e do reconhecimento do chamado pensamento filosófico latino-americano –, impulsionando, ainda, a formação de outros núcleos de trabalho, para além dos comitês de História das Ideias e de Filosofia que tão bem soube coordenar. As iniciativas de Zea, nesse sentido, serviram certamente de modelo à fundação de outros centros de investigação (como, por exemplo, a CEPAL) que, nas décadas seguintes, puderam colocar a América Latina no centro do debate e, ainda, impulsionar a aglutinação de pesquisadores de áreas diversas interessados em contribuir de alguma maneira para o desenvolvimento da região.

Ao que tudo indica, foi no ano de 1944 que o “pontapé” inicial foi dado quando um grupo de ensaístas e filósofos – ao qual Zea viria a se filiar – começou a se articular e a chamar, de fato, a atenção no México. A partir do lançamento da coleção *Tierra Firme*, sob o selo da editora *Fondo de Cultura Económica*, pode-se dizer que houve a ascensão de um movimento de ideias em prol de uma “consciência filosófica latino-americana”, que ganharia força em todo o território americano, com dois polos principais de difusão: um no México (matriz) e outro na Argentina (filial). A responsabilidade sobre o último recairia sobre Francisco Romero, não por acaso herdeiro, em seu país, de intelectuais que, balançados com a presença de Ortega y Gasset, haviam iniciado um movimento de redefinição e de reforma da Filosofia praticada até então nas universidades argentinas. Seria somente em 1947, contudo, que Zea começaria a articular sua rede de trabalho, isto é, ao ser chamado para presidir o *Comitê de História das Ideias na América*, criado por solicitação de Silvio Zavala, quando este dirigia o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH). Foi sobretudo a partir daí que as condições objetivas se desenhariam para que seus projetos pudessem, enfim, ser colocados em prática.

Uma das intenções centrais do referido comitê seria justamente a de analisar a história das ideias nos países americanos com o objetivo de colocá-las em circulação. Era imprescindível a esses intelectuais galgar apoios políticos e institucionais para alcançar uma posição de destaque capaz de projetá-los internacionalmente – internacionalização através da qual seria possível estabelecer alianças e criar estratégias para que estivessem sempre em contato uns com os outros. Daí as cartas, os comitês, os diversos seminários promovidos ao longo de pouco mais de duas décadas e, ainda, a criação de uma editora.

Devido às estratégias que foi capaz de estabelecer, criando mecanismos de consagração, bem como de consolidação em praticamente todo o continente, Zea logra uma posição de destaque e de projeção no cenário intelectual da região, inovando no que dizia respeito às práticas e formas de trabalho. Em poucos anos, ele auferiu à sua rede um alcance invejável a partir da organização de seminários, comitês e da criação de centros de pesquisa voltados ao assunto - como o *Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe* que fundou na UNAM (Universidade Autônoma do México). Ressalto que, desde o início, seu pioneirismo se mostrou decisivo: após receber uma bolsa de estudos do governo mexicano em 1945, tendo em vista dar continuidade a seus estudos sobre o positivismo na América, Zea residiu alguns meses nos Estados Unidos e, logo depois, planejou e levou adiante uma espécie de “peregrinação” por alguns países da América do Sul. À época, as missivas trocadas com João Cruz Costa, professor da Universidade de São Paulo, não somente corroboram a determinação com que levou adiante essa “missão”, como também denunciam as dimensões reais de tal empreitada. Assim que chegara a Buenos Aires, em agosto de 1945, Zea revelou estar a par do interesse do colega brasileiro pelo positivismo, segundo lhe informara Francisco Romero; e confessara-lhe achar ter chegado a hora de reunir forças para que criassem uma rede de intelectuais em prol de uma “unidade espiritual autenticamente americana”. Contava ainda sobre as pesquisas que pretendia realizar com sua bolsa de estudos em países como o Chile e a Argentina, incentivando Cruz Costa a fazer o mesmo e convidando-o para unir-se a ele e, juntos, tecerem um mapa do impacto do positivismo em toda América. Como consequência, surgiram livros como *El positivismo en México (1943-1945)*; *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica: del romanticismo al positivismo (1949)*; *Esbozo de una historia de las ideas en el Brasil (1957)*, entre outros disseminados pela rede.

A propósito, sua aproximação com o Brasil se deu a partir do contato estabelecido com Cruz Costa em meados dos anos 40. Havia sido apresentados por carta graças às amizades que tinham em comum com o filósofo argentino Francisco Romero e com o uruguai Arturo Ardao. Zea sabia da importância e, por outro lado, da dificuldade de inserir o Brasil nessa “unidade espiritual americana”. Não titubeou e tratou de se fazer presente por aqui através do antigo professor e ensaísta paulista. Em contrapartida, foi devido a essa aproximação que Cruz Costa chegou a ser membro do Comitê de História das Ideias do já citado Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) e, ainda, conselheiro da *Congress Library* de Washington, por indicação da *Sociedade Americana de Filosofia*. Obviamente, com o passar do tempo, a presença de Leopoldo Zea ampliou-se no Brasil e fez com que diversos outros movimentos se inspirassem nas iniciativas e no movimento de ideias por ele liderados (de Darcy Ribeiro a Leonardo Boff), embora não seja o caso de matizar aqui todas estas influências.

A meu ver, o que chama a atenção e merece ser sublinhado nesta nota diz respeito à enorme capacidade de Zea de galgar posições e inserções estratégicas nos diversos países do continente e de como soube conduzir todo um processo de seleção, recepção e tradução das obras operadas pelo grupo que aglutinou em torno de si. Graças à sua atuação, e à de outros filósofos espalhados pelo continente que a ele se juntaram (dentre os quais destaco Arturo Ardao e Arturo Andrés Roig em países do Cone Sul), em pouco menos de uma década o grupo obteve um alcance institucional invejável, à frente que estava na organização de seminários, comissões, bem como da criação de revistas e periódicos. Desde o início, seu pioneirismo se mostrou notável e sua obra é, pois, tributária desses contatos estabelecidos. Ao mesmo tempo, soube se apropriar e divulgar pesquisas realizadas nos demais países que julgava de interesse de todos os americanos.

O tema da construção, bem como dos entraves da modernidade em países da América Latina, envolvendo a formação de uma identidade cultural, econômica e política específicas, remonta a uma discussão que, sabemos, tem longa tradição e jamais poderia ser aqui esgotada. Por isso, ocorreu-me trazer à baila uma dimensão da trajetória de Leopoldo Zea que tem ficado em segundo plano. Procurei colocar em relevo sua importância para a constituição, bem como consolidação de um projeto filosófico caro à intelectualidade latino-americana, atentando para o fato de que seu legado não pode prender-se somente ao campo das ideias, uma vez que se trata de um personagem que soube abrir caminhos e construir uma agenda coletiva de trabalho como poucos. Sua atuação profissional chama atenção sobretudo pela envergadura e pelo alcance de proporções continentais conquistados. De certa forma, penso ser este seu mais valioso legado, afinal, caducadas as ideias, as redes e os centros de pesquisas que fundou permanecem atuais e seguem dando seus frutos.

Referências bibliográficas

- ALTAMIRANO, C (Org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*. Buenos Aires: Katz, 2008.
- GAOS, J. *Pensamiento de Lengua Española*. México: Editorial Stylo, 1945.
- OLIVEIRA, F.V. “Sobre a Filosofia na América”. In: *Fantomas da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação*. Tese de doutorado. SP: FFLCH/USP, 2012, pp.108-142
- VILLEGRAS, A. *Panorama de la filosofía ibero-americana actual*. Buenos Aires: Eudeba, 1963.
- ZEA, L. *América como consciência*. 2^a. ed. México: UNAM, 1972.
- _____. *Arielismo y Globalización*. México: Tierra Firme (F.C.E), 2002.
- _____. *Dos etapas del pensamiento en Hispanoamérica*. México: Colegio de México, 1949.
- _____. *En torno a una filosofía americana*. México: F.C.E., 1947.
- _____. *El positivismo en México*. México: Colegio de México, 1943.
- _____. *El positivismo y la circunstancia mexicana*. 2^a.ed. México: F.C.E., 1997.

3. Notas sobre o CLAPCS na “era Costa Pinto” (1957-1961): construção institucional, circulação intelectual e pesquisas sobre a América Latina no Brasil

Breno Bringel
Leonardo Nóbrega
Felipe Macedo
Lilia M. S. Macêdo
Humberto Machado²

O Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) foi oficialmente criado em 17 de abril de 1957, com a assinatura do presidente da República do Brasil do seu decreto de criação, na sede do Itamarati, no Rio de Janeiro. O caráter agregador desta instituição, que se colocava como objetivo a realização de estudos de problemas próprios da região latino-americana, se constitui formalmente quando da 2ª Conferência Regional de Ciências Sociais para a América Latina (Rio de Janeiro, abril de 1957), momento em que se define, sob os auspícios do governo brasileiro e colaboração dos demais governos latino-americanos, além de financiamento da UNESCO, a construção do Centro, com sede no Rio de Janeiro, em paralelo à fundação da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede em Santiago, no Chile.

A formação do CLAPCS foi fruto, no entanto, de vários anos de articulação e discussão. Em termos gerais, foi parte de um novo imaginário geopolítico do pós-Segunda Guerra Mundial que contribuiu para consolidar a América “Latina” como região a partir de novas institucionalidades e políticas de atores internos e externos. Entre 1952 e 1956 a Unesco promoveu diversos seminários para discutir as agendas e as articulações regionais das Ciências Sociais na América Latina, no Sul da Ásia e no Oriente Médio. O próprio Luiz Aguiar de Costa Pinto, primeiro diretor do CLAPCS, narrou com detalhes em texto publicado no *Boletim do CBPE*³ sua participação como relator de várias destas

² Equipe de pesquisadores do IESP-UERJ vinculada ao projeto “A experiência do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS) e os estudos latino-americanos no Brasil”, do qual também participa Juan Pedro Blois, que realizou pós-doutoramento no IESP-UERJ e é professor da Universidad Nacional General Sarmiento, na Argentina. A pesquisa, coordenada pelo Prof. Breno Bringel, conta com financiamento da FAPERJ e da UERJ.

³ COSTA PINTO, L. A. (1956) “As Ciências Sociais na América do Sul: impressões de um seminário”, *Boletim do CBPE*, Rio de Janeiro, p.173-182.

conferências regionais e internacionais que foram fundamentais para gestar anos depois o Centro.

Costa Pinto foi uma figura central na concepção, na fundação e no desenvolvimento inicial do CLAPCS. A própria imagem do Centro ficou bastante associada ao nome do sociólogo baiano quem, contudo, somente o dirigiu em seus primeiros anos de existência (1957-1961). Foram anos intensos, de aposta pela construção institucional de uma agenda de pesquisa latino-americana(ista) e de redes de pesquisa e de interação entre intelectuais e centros afins nos diferentes países da região. As notas que seguem pretendem descrever este momento inicial do CLAPCS focando em três elementos: sua construção institucional, a circulação intelectual e o estabelecimento incipiente de uma agenda de pesquisas sobre a América Latina no Brasil. Pretende-se com estes apontamentos seguir revelando aspectos fundamentais de uma experiência tão interessante e rica como esquecida na história da sociologia latino-americana, assim como dar sequência a um trabalho coletivo que vem sendo desenvolvido por nós nos últimos anos.

No dossiê Temático n.4 do NETSAL, “Sociologia latino-americana: originalidade e difusão”, publicado em dezembro de 2014, publicamos um primeiro texto panorâmico sobre a experiência do CLAPCS e os estudos latino-americanos no Brasil (Bringel, Nóbrega e Macedo, 2014). Desde então, a pesquisa sobre o CLAPCS conduzida no NETSAL avançou intensamente ao longo de 2015, incluindo as seguintes frentes: a) uma compilação exaustiva do material produzido pelo centro; b) a análise inicial desta documentação; c) a discussão coletiva sobre pesquisas e publicações relacionadas ao Centro, à história da sociologia no Brasil e na América Latina, às agendas da sociologia latino-americana e do pensamento social na região, bem como debates mais gerais sobre a geopolítica do conhecimento; d) o mapeamento e a análise de centros contemporâneos ao CLAPCS no Brasil e no resto da região, tais como o CBPE, a CEPAL, a FLACSO, a CLACSO, o ISEB, a PUC-Rio, a USP, a Universidade do Brasil e a Universidade do Distrito Federal; e) a realização de entrevistas com pesquisadores que investigaram temas afins, participaram diretamente do CLAPCS ou do debate intelectual daquele momento⁴. Em 2016, este trabalho será aprofundado e resultados mais substantivos serão apresentados em eventos e compartilhados com o público em geral. O resultado final será a produção de um livro com os resultados da pesquisa que será publicado pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Deste modo, nos furtamos neste momento de uma análise mais detida sobre o CLAPCS em seus primeiros anos, restringindo-nos somente a apontamentos descritivos sobre seu modus operandi e sua relevância no circuito latino-americano no momento de institucionalização das Ciências Sociais na região. Pensamos que isso pode ser relevante para contribuir com a reunião de elementos que problematizem certos consensos na história da sociologia no Brasil e na América Latina, bem como para estimular uma visão

⁴ Pelas informações, conversas informais e/ou entrevistas concedidas, Breno Bringel gostaria de agradecer a Charles Pessanha, Fernanda Beigel, Gláucia Villas Boas, Gláucio Soares, Lícia Valadares, Luiz Antônio Machado, Manuel Antonio Garretón, Moacir Palmeira e Wanderley Guilherme dos Santos.

mais integrada sobre os estudos sobre a região, incorporando o Brasil à totalidade (sub)continental.

Para reconstruir nesta breve nota a vida institucional e intelectual do CLAPCS em seus inícios, recorreremos aos Boletins publicados pelo centro entre os anos 1958 e 1961. Os boletins eram impressos pelo CLAPCS e enviados para pesquisadores individuais, centros de pesquisa, bibliotecas, universidades e instituições diversas de todo o mundo, principalmente da América Latina. Eram publicados quatro números por ano, com a exceção do primeiro ano quando se publicaram somente dois boletins, chegaram a ser distribuídos pela Editora Civilização Brasileira com uma tiragem de aproximadamente 1500 exemplares que tiveram um alcance notório em um público internacional e altamente especializado, tal como pode-se comprovar nas “Cartas à redação” transcritas nos próprios Boletins com depoimentos de vários pesquisadores sobre o trabalho do CLAPCS. Ditos Boletins são uma fonte riquíssima de informação, tendo em vista que incluíam relatos detalhados do funcionamento institucional do Centro, da participação de seus pesquisadores em diversos eventos, da divulgação de resultados iniciais de pesquisa, do levantamento bibliográfico de publicações relativas à América Latina no mundo inteiro (o que era um importante instrumento de pesquisa e trabalho na construção de um circuito intelectual próprio) e demais notícias de interesse. Também eram publicados artigos e avanços de pesquisa, o que levou a que o Boletim fosse paulatinamente aumentando seu volume até se transformar no início de 1962 na Revista *América Latina*. O objetivo, de acordo com a apresentação da revista em seu primeiro número, passava a ser não somente a divulgação das atividades do Centro, mas principalmente “a publicação de estudos que focalizem diferentes aspectos da região ou, em particular, de países, através da colaboração selecionada que estamos encarecendo aos cientistas sociais” (Revista Améria Latina, Janeiro-Junho 1962).

Dinâmica institucional e circulação intelectual

O CLAPCS era gerido por Comitê Diretor responsável pela coordenação tanto do Centro como de sua irmã no Chile, a FLACSO. Dito comitê foi formado inicialmente por Eduardo Hamuy (Univ. do Chile), Gino Germani (Univ. de Buenos Aires), Isaac Ganon (Univ. de Montevideo), Lucio Mendieta y Nuñez (Univ. Nacional de Mexico), Orlando Carvalho (Univ. de Minas Gerais), Oscar Chavez Esquivel (Univ. de Costa Rica), Rafael Arboleda (Univ. Javeriana – Colômbia) e Salcedo Bastardo (Univ. Central, Caracas). Sua direção geral ficou inicialmente a cargo de Lucio Mendieta y Nuñez, nome fundamental da institucionalização da sociologia mexicana no século XX⁵. Pouco depois, acabou sendo transferida para Isaac Ganon, por motivos de saúde (cf. Boletim 1958 – n. 2), tendo seus encontros mais formais uma periodicidade anual, os chamados “Períodos de Sessões do Comitê Diretor”. Posteriormente, também passaria a fazer parte do Comitê Pablo González Casanova, que assumiu em caráter provisório em 1961 a presidência deste Comitê, e Humberto Diez Contreras.

⁵ Vide o artigo de Enrique de la Garza Toledo publicado neste mesmo número do Dossiê NETSAL sobre a sociologia Mexicana hoje.

Além do Comitê Diretor, cada uma das instituições contava com uma direção específica. Luiz de Aguiar Costa Pinto (Univ. do Brasil) foi escolhido o primeiro Diretor do CLAPCS e Gustavo Lagos Matus (Univ. do Chile), o primeiro Secretário Geral da FLACSO. Vale notar que Costa Pinto, além de diretor do CLAPCS, exerceu ao mesmo tempo a vice-presidência da International Sociological Association (ISA), além de ser membro destacado da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil. Em 1961 será substituído na direção do CLAPCS por Manuel Diegues Júnior em eleição realizada em uma Reunião extraordinária do Comitê Diretor em março de 1961 na cidade de Bogotá.

Esta estrutura regional e nacional era complementada por uma base operativa de funcionários, responsáveis pela gestão cotidiana do Centro. No dia 28 de julho de 1958, é inaugurada a primeira sede do CLAPCS na Av. Pasteur, 431 (Praia Vermelha, Rio de Janeiro), onde se estabeleceu a equipe operativa, composta inicialmente pelos professores Waldemiro Bazzanella (assistente do Diretor do Centro), Thomaz Pompeu Accioly Borges, Joaquim Costa Pinto e Anita Hirsch (Boletim, 1969, n. 1), esta última vinda da França. Pouco depois, viriam a se juntar também J. Roberto Moreira (e suas assistentes Maria Leda Rodrigues de Almeida e Olga de Oliveira e Silva.) e Edison Carneiro.

Além da equipe fixada na sede do CLAPCS, entre pesquisadores e pessoal administrativo, o Centro contava com funcionários remunerados em mais onze países da região, ligados aos diferentes projetos em desenvolvimento. Além das pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores vinculados, o CLAPCS estabeleceu diversas cooperações técnicas para seminários, reuniões e diversas outras atividades relacionadas ao seu campo de trabalho. Muitos estudantes e pesquisadores brasileiros ainda em formação realizaram algumas de suas primeiras pesquisas empíricas como assistentes de pesquisa no CLAPCS, como ocorreu com Luiz Antônio Machado, Moacir Palmeira, Otávio Velho, Licia Valladares, entre outros/as.

A circulação de pessoas de diversas instituições, tanto da América Latina quanto de diversas outras partes do mundo, é uma das propostas mais evidentes do recém-criado Centro. Além dos diversos colaboradores em pesquisas esporádicas, e da circulação de pesquisadores em eventos internacionais, o Centro recebeu pesquisadores em caráter institucional, muitos deles enviados pela Unesco. Este foi o caso, por exemplo, de Joseph A. Kahl, Jean Labbens e Herbert Blumer, recebidos como “experts” internacionais. Também passaram pelo centro com estadias mais longas os pesquisadores vinculados ao Comitê Diretor, muitos dos quais chegaram a viver no Rio de Janeiro por meses ou anos, como foi o caso de Rodolfo Stavenhagen.

Dentre os visitantes ilustres é possível apontar a visita do Diretor do projeto principal da UNESCO sobre educação de base na América Latina, Oscar Vera, a equipe de economistas Gustaaf Loeb, Isaac Kerstenetzky e Fernando Souza Costa, H. M. Philips, chefe da Divisão de Ciências Sociais Aplicadas da UNESCO, Andre Bertrand, Diretor de Ciências Sociais da UNESCO, José Medina Echevarria, da CEPAL, Dudley Kirk, do Population Council, dentre outros nomes destacados que incluem, por exemplo, Wright Mills.

Com a inauguração da sua primeira sede na Urca e posteriormente a transferência da mesma para um casarão na Rua Dona Mariana em Botafogo, o Centro se estabelece

como um local agregador, promovendo reuniões periódicas todas as sextas-feiras, além da formação de uma biblioteca em Ciências Sociais ímpar, tendo como primeira bibliotecária Sonia Avelino Silveira. O acervo é formado a partir da aquisição de livros de interesse do Centro além da doação ou permuta com instituições, estabelecendo um espaço fundamental de circulação de pesquisadores e estudantes residentes ou de passagem pela cidade.

Além de financiamento principalmente do governo brasileiro e da Unesco nos primeiros anos, e da cooperação com governos e instituições de diversos países latino-americanos, o CLAPCS trabalhou no sentido de estabelecer diversas outras parcerias. Desta forma, contou, por exemplo, com o apoio da OEA para a expansão do seu programa de bolsas de estudos. Dentre as cooperações técnicas do Centro, pode-se destacar o “Comitê dos 21”, da Operação Pan Americana, a CEPAL, BIT, Nações Unidas (TAB), FLACSO, CSUCA, ODECA, UNESCO e BID. Estas cooperações, conquanto instáveis no tempo, permitiram a geração de projetos conjuntos e a circulação de pesquisadores pela região.

Apesar de relativamente curta, a etapa de Costa Pinto na direção do CLAPCS foi crucial. Criaram-se os pilares de uma conectividade regional em Ciências Sociais sem precedentes entre o Brasil e o restante dos países da região. Talvez um dos maiores méritos e inovações do CLAPCS nesse momento tenha sido justamente a proposta de ir além de contatos rápidos e informais entre intelectuais (em eventos, seminários, encontros, etc.) para criar pesquisas coletivas que envolviam pesquisadores de diferentes países da região sobre temas fundamentais para o subcontinente. Vejamos alguns dos eixos centrais destas pesquisas.

Pesquisas, metodologia e publicações

A partir de reunião do Comitê Diretor em novembro de 1957 na Universidade de Minas Gerais, estabelece-se um ponto inicial para a realização de pesquisas e atividades, cuja lista de projetos está transcrita no primeiro Boletim publicado pelo CLAPCS (1958, n. 1). Durante o biênio 1959-1960, os principais projetos do CLAPCS foram os seguintes:

1. O estado das Ciências Sociais na América Latina
2. Implicações Sociais do Desenvolvimento
3. Urbanização
4. Estratificação e Mobilidade Social
5. Educação e Desenvolvimento
6. Carreiras Ocupacionais
7. Estrutura Agrária na América Latina
8. Censo da População Universitária
9. Retorno de Imigrantes

Nota-se desde o início uma preocupação clara por sistematizar o acumulo existente nas Ciências Sociais na região, como base indispensável para avançar na construção do conhecimento sociológico. Este passo prévio foi importante para criar bases a partir das quais construir de maneira mais endógena a agenda da sociologia do desenvolvimento.

Por outro lado, em termos concretos, as atividades, artigos e pesquisas do Centro, em face do aspecto transnacional das colaborações, convergiam para a definição de uma metodologia comum a ser adotada nas análises dos temas tratados como entraves ao desenvolvimento latino americano. A comparação foi o método mais utilizado, mas sempre com uma tentativa de pensar a região como unidade, a pesar de sua diversidade. Cabe notar que os estudos e pesquisas do CLAPCS em seus primeiros anos incluíam doze países da região: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Guatemala, Haiti, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela.

Os Boletins do Centro oferecem um detalhado panorama de suas atividades e pesquisas organizadas entre 1958 e 1962 dentre as quais pode-se destacar algumas de suas principais iniciativas, como a reunião, em 1958, entre o IBGE e o CLAPCS sobre as questões metodológicas e linguísticas para a realização do censo de 1960 no Brasil. Ainda em 1958, o CLAPCS organizou em parceria com a Unesco a compilação bibliográfica sobre “Problemas de Urbanização na América Latina” que reuniu mais de 350 títulos de diversas disciplinas, para facilitar a divulgação para estudiosos do tema, e foi apresentado no Seminário sobre Urbanização promovido pela CEPAL, no Chile, em dezembro do mesmo ano.

Concomitantemente a tais atividades, o Centro encarregou o prof. Juan Comas da UNAM para a coordenação de um mapeamento das pesquisas nos principais centros nacionais de antropologia latino-americanos (Projeto “As novas e urgentes tarefas da Antropologia na América Latina), assim como participou da mesa redonda em Paris (organizada pelo Bureau International de Recherches sur les Implications Sociales du Progrès Technique – BIRISPT) sobre análises comparativas de desenvolvimento econômico e seus resultados sociais. Neste evento, patrocinado pelo Conselho Internacional de Ciências Sociais da Unesco, o CLAPCS relatou a parte referente ao Brasil.

O ano de 1959, marcado por alta produtividade acadêmica e intercâmbio intelectual transnacional, tem início com dois projetos de pesquisa organizados pelo Centro de abrangência transnacional. São eles, o projeto “Estado atual das Ciências Sociais na América Latina” – cuja equipe era integrada por Aldo Solari (Uruguai); Eduardo Hamuy (Chile); José Augustin Silva Michelena (Venezuela); José Rafael Arboleda (Colômbia); Lucio Mendieta y Nuñez (México); Manuel Diegues Jr. (Brasil); Norberto Rodrigues Bustamante (Argentina); Oscar Chavez Esquivel (Costa Rica) – e o Projeto “Novas tarefas da Antropologia na América Latina” – coordenado por Carlos Ponces Sangines (Bolívia); Efraim Morote Best (Peru); Gonzalo Rubio Orbe (Equador); Juan de Dios Rosales (Guatemala); Julio de la Fuente (México).

Registro importante deste ano foi o lançamento da primeira publicação do Centro, a monografia 'Recôncavo – Laboratório de uma Experiência Humana', do Prof. L. A. Costa Pinto, então diretor do Centro. Ainda em meados de 1959, o CLAPCS recebe o auxílio especial da UNESCO com o objetivo de criar no Centro um perfeito serviço de documentação, tecnicamente habilitado a funcionar como "clearing house" sobre problemas sociais da América Latina, servindo a especialistas e instituições especializadas de toda a região.

Nos dias 16 e 17 de outubro de 1959 reuniu-se na sede do CENTRO o grupo de trabalho encarregado de discutir e planejar a preparação de um dicionário de ciências sociais em língua espanhola. A justificativa para tal projeto era de que a precisão terminológica seria indispensável para o trabalho científico.

Patrocinado pelo Centro e pela FLACSO, realizou-se no Rio de Janeiro, entre 19 e 24 de outubro de 1959, o Seminário Científico Internacional sobre o tema: “Resistências à Mudança – fatores que impedem ou dificultam o Desenvolvimento”. Foi certamente o evento organizado pelo Centro com maior repercussão nacional e internacional. A escolha do tema do Seminário partiu da intenção de colher a opinião e confrontar a experiência de destacados especialistas sobre os fatores e condições que podem constituir obstáculos ao desenvolvimento e que, por conseguinte, podem comprometer a execução prática de políticas concebidas para promover o progresso econômico e social da região.

No ano de 1960, foram publicados diversos relatórios nacionais da pesquisa sobre Ciências Sociais na América Latina (Uruguai, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Chile, México e Venezuela) e os relatórios da Argentina e do Uruguai da pesquisa de estratificação. Também cresce o interesse pelo tema da educação, sendo publicados artigos preliminares sobre o assunto e, no No. 4 deste ano, “Educação e Desenvolvimento” passa a ser uma das linhas de pesquisa oficiais do Centro.

Nota-se que o boletim traz progressivamente cada vez mais estudos no formato de artigo, seja de pesquisadores vinculados ao Centro ou contribuições a partir de outras instituições. O Centro expande sua importância como polo de pesquisa e sua publicação amplia a circulação de conhecimento sobre a América Latina. Os anos seguintes confirmam essa tendência que, posteriormente, resultará na publicação da Revista América Latina, conforme já assinalado. Destaque para as publicações de Accioly Borges (questões agrárias e estratificação) e J. Roberto Moreira (educação e desenvolvimento), nos três primeiros números do ano III, mostrando que eram figuras chaves do Centro nestes assuntos, assim como Bazzanella para urbanização, por exemplo. Outra evidência da expansão da circulação é a publicação da “Revista dos Periódicos”, uma seção do boletim que compilava os trabalhos publicados sobre América Latina separados por disciplinas.

Por outro lado, o biênio 1961-1962, já em transição para a diretoria de Manuel Diegues Junior, manteve um padrão semelhante de trabalho nas pesquisas anteriores, embora com algumas novidades, principalmente a elaboração do Informe sobre a Situação Social na América Latina, projeto realizado a convite do Secretário Geral da OEA, voltado para o estudo de problemas sociais da América Latina em áreas nas quais a organização interamericana pudesse colaborar.

Na sequência, o “Inquérito sobre as Ciências Sociais na América Latina”, projeto transnacional composto por pesquisadores de vários países latino americanos que coordenavam a aplicação de questionários a serem enviados para os centros e institutos de seus países, a saber: Norberto Bustamante (Argentina); Eduardo Hamuy (Chile); José Rafael Arboleda (Colômbia); Oscar Chavez Esquivel (Costa Rica); Aldo E. Solari (Uruguai) e José Augustin Silva Michelena (Venezuela).

Por solicitação do Dr. Oscar Vera, diretor do Projeto Principal da UNESCO, para a América Latina, o CLAPCS decidiu patrocinar e organizar a Conferência Interamericana

sobre Educação e Desenvolvimento Social e Econômico, a realizar-se no 2º semestre de 1961, com auxílio da UNESCO, da OEA e de outras organizações internacionais. A primeira reunião preparatória da conferência se deu na Reitoria da Universidade do Brasil sendo o grupo de educadores e cientistas sociais responsáveis por sua organização presidido pelo Prof. Lourenço Filho, da Universidade do Brasil, e secretariado pela Profª Helène Brulé, técnica da Unesco junto ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

A preparação da conferência estava diretamente ligada à realização de um conjunto de estudos e investigações: 1) Estudos históricos das relações entre educação e desenvolvimento social e econômico no maior número possível de países da América Latina; 2) Estrutura e perspectivas demográficas em relação com os sistemas educacionais na América Latina; 3) Estrutura agrária e educação na América Latina e em alguns países selecionados de suas regiões; 4) Efeitos dos processos de urbanização e industrialização sobre a educação; 5) Problemas educacionais típicos das grandes cidades; 6) Migrações internas e educação; 7) Estratificação social, mobilidade social e valores de classe e educação pública e privada; 8) Valores políticos reais e formais e situação educacional; 9) O problema do financiamento da educação; 10) O Papel da Educação na integração de grupos culturais; 11) Bibliografia sobre problemas de educação e desenvolvimento social e econômico.

O ano de 1961 é pródigo para as finanças do Centro uma vez que a UNESCO decide elevar para 50 mil dólares a sua contribuição para o CLAPCS em reconhecimento ao esforço que a instituição sediada no Rio de Janeiro vinha fazendo para cumprir seus programas (esta mesma soma seria desembolsada em 1962). Além disso, neste mesmo ano foram assinados os primeiros contratos financiados pela UNESCO para a preparação de monografias nacionais ligadas ao projeto sobre “Educação e Desenvolvimento na América Latina”. Na esteira do bom momento financeiro, a IBM concedeu redução de preço e prazo para a aquisição do “Equipamento 3000”.

Mediante o incremento do aporte financeiro, o Centro pôde avançar com a pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Mobilidade Social”, coordenada por L. A. Costa Pinto. Esta investigação tinha por objetivo indicar os meios pelos quais uma teoria geral da mudança social poderia ser aplicada para estudar alguns aspectos característicos da mobilidade social em sociedades que estivessem passando por um processo recente e acelerado de desenvolvimento econômico. Tais estudos teriam por base pesquisas já em andamento na América Latina, principalmente no Brasil, feitas sob a coordenação do Centro ou de outros institutos.

O ano de 1961 segue mostrando a importância de temas chave como a estratificação social, desenvolvimento, ciências sociais (ensino e pesquisa) e educação. Este último, em especial, teve atenção no projeto “educação e desenvolvimento na América Latina” desde o ano anterior e começou a gerar resultados. Mantendo a característica do Centro de pesquisas comparativas com equipes em diversos países, lograram ampliar o projeto por meio de financiamento da Unesco. A pesquisa no Brasil parece mais avançada, tendo um estudo sobre a questão no Nordeste e a publicação de um mapeamento das instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Paralelamente, também segue a pesquisa sobre "Estado das Ciências Sociais na América Latina". No ano anterior o Centro havia publicado diversas análises nacionais e as previsões são de expansão para mais países. Também segue comentada a pesquisa de "ensino de ciências sociais" embora sem muitos resultados até então. Percebe-se que os temas se cruzam, o que é visível também no caráter das publicações. Em comum, todas as questões debatidas estão diretamente atreladas à perspectiva de favorecer o "desenvolvimento" e a "mudança social". A preocupação com a institucionalização das ciências sociais serve diretamente como instrumento para o estudo de tais temas.

Um exemplo do cruzamento de temas é a preocupação de uma educação que se adeque a demografia e a necessidade de mão de obra especializada de uma região, como no caso da Colômbia apontado no nº3 desse ano. Os exemplos mais corriqueiros são os relacionados ao tema que mais tem publicações no boletim e em livros: "estratificação e mobilidade social". Projeto marcante desde o início do Centro, é combinado com temas como trabalho, urbanização, estrutura agrária e a própria educação. No fim do mesmo ano, o No. 4 publica análises do tema em capitais da região (Rio de Janeiro e Montevideo), somando resultados às análises sobre países publicadas pelo Centro anteriormente.

Todas estas atividades e o intenso ritmo de pesquisas e intercâmbios produzido ao longo dos primeiros anos de existência do CLAPCS mostram não somente a vitalidade do Centro como seu lugar central na trajetória das Ciências Sociais da América Latina em seu momento de institucionalização. O complemento da descrição dos acontecimentos e projetos aqui listados com uma perspectiva mais analítica nos permitirá em breve poder localizar de maneira mais significativa o papel do CLAPCS na trajetória da sociologia latino-americana. E, com isso, ter subsídios para problematizar também a própria institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e sua inserção no debate regional.

4. La sociología en Argentina: apuntes para un estado de situación

Lucas Rubinich⁶

I.

Para dar cuenta de algunos aspectos del estado actual de la sociología en la Argentina es imprescindible reconocer el resultado complejo de entramados cambiantes entre el campo cultural (y en él, el mundo académico) y político (y allí con un papel fundamental, el Estado), en un proceso reciente que comprende casi sesenta años. El momento fundacional de este período es la creación de la Carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires (UBA) en 1957, ya que a partir de este momento se fueron generando las condiciones para la existencia de una comunidad académica.

En principio, al tomar como totalidad de ese mundo al conjunto del campo profesional ampliado de la sociología en la Argentina es preciso plantear dos espacios con sus particularidades: (1) el mundo académico científico y cultural, cuya especificidad podría explicarse diciendo que se genera conocimiento valiéndose de distintos recursos teóricos y también técnicos, pero que sobre todo allí, en relativa autonomía, se construyen las preguntas que armarán objetos analíticos; (2) la profesión liberal, marcada por el uso de esos recursos, aún en las zonas menos puntualmente técnicas, sobre todo para responder preguntas formuladas en otra instancia. No por la comunidad de pares, sino por quién contrata.

Lo que puede ser definido como el centro de los distintos espacios en los que se desarrollan prácticas relativas a la sociología corresponde al espacio de producción científica y cultural. Las instituciones que conforman el espacio son principalmente los centros de producción académica ligados al sistema universitario público y organismos estatales de promoción de la actividad científica. La sociología permite incluir en este espacio también a formaciones culturales como revistas o grupos independientes que, además de ser parte del mundo académico, se incluyen también en zonas del campo de la alta cultura. La sociología argentina a lo largo de sus cincuenta años de historia moderna tuvo una relación productiva con zonas del campo cultural, y esto es posible de observar en las trayectorias de los principales referentes de la larga década de 1960.

Este espacio es el centro no solo porque el conjunto de la comunidad profesional lo reconoce así, sino también porque es el eje que posibilita la existencia de un verdadero campo de la sociología. Si hay solo enseñanza de la sociología en la cátedra universitaria, venta de conocimiento técnico no problematizado al mercado, y producción de materiales solo para ser enseñados, no hay campo sociológico. Ese centro de producción está

⁶ Professor titular da Universidade de Buenos Aires, Argentina.

acompañado por instituciones de formación académica y profesional: básicamente las carreras de sociología. Este estado de campo, como ya se ha dicho, existe como tal desde 1957 en adelante.

II.

Desde ese momento hasta el presente pueden construirse dos períodos fundamentales: (a) el que va desde el momento fundacional hasta el golpe de Estado de 1976; (b) otro cuya génesis puede localizarse en algunos lugares de exilio, principalmente México, y que adquirirá presencia institucional en la propia sociedad a partir de la apertura democrática de 1983. Cada uno de estos períodos tiene sus complejidades, pero la brecha provocada por el terrorismo de Estado es muy significativa y se da además en el marco de un proceso global de crítica a las experiencias de contestación de los años 1960, en el que la sociología había ocupado un lugar no menor.

Como he sostenido en otro lado (Rubinich, 1999) en la sociología argentina o, por lo menos en el significativo espacio de la sociología argentina influenciado por la Carrera de Sociología de la UBA, hay, en lo que se puede denominar la década de los años 1960 marcada por la radicalización política, tres momentos que van desde la creación de esa carrera en 1957 hasta la intervención de la universidad a comienzos de la segunda mitad de 1974: (1) Afirmación institucional y primeros conflictos entre el fundador Gino Germani y los nuevos; (2) Extrema radicalización de grupos de los “nuevos” con significación simbólica al interior del campo, a medida que avanza la segunda mitad de los años 1960 y comienzan los 1970; (3) Realización institucional de la politización en la universidad misionera 1973-74.

Gino Germani, Juan Carlos Portantiero y Roberto Carri son pensados aquí como los que expresan condensadamente cada uno de estos momentos. Y esos referentes más significativos, además de sus relaciones con el estricto mundo universitario, desde ya politizado, poseían otras que eran redes político-culturales más amplias que podían incluir al grupo para-universitario antiperonista que sobrevivía luego del golpe de Estado del año 1955 en lugares institucionales; los espacios culturales del Partido Comunista argentino de prestigio intelectual hasta los primeros años 1960; la revista con identidad de nueva izquierda, o alguno de los muy diversos grupos político-culturales del área politizada del mundo cultural.

En el primer momento, Gino Germani se proponía analizar desde esta nueva disciplina que intentaba dejar atrás las reflexiones puramente especulativas sobre la vida social, fenómenos relevantes y conflictivos de la vida pública del país. La ciencia desplazaba al ensayismo, a la par que influía sobre el mundo de las humanísticas y sobre todo en sus zonas más arcaicas. La sociología era un viento modernizador en el campo cultural y las nuevas generaciones intelectuales comenzaban a mirarla con particular atención (Germani, 2005).⁷

⁷ A medida que avanzaba la década crecerían las instituciones que ofertaban las carreras de sociología y, obviamente, la cantidad de estudiantes. En 1969, “...alrededor de 4000 estudiantes (aproximadamente el 1,6% del total de estudiantes universitarios) sigue la carrera de sociología en 9 lugares; 3 universidades agrupan aproximadamente el 90% del alumnado. El resto concurre a las instituciones que iniciaron sus

El fenómeno de radicalización política del mundo universitario y de surgimiento de una nueva izquierda, uno de cuyos rostros, y no el menos significativo, será el peronismo revolucionario, tiene como uno de los múltiples espacios institucionales de constitución al espacio político cultural universitario en el que la Carrera de Sociología de la UBA ocupa un lugar de privilegio. Uno de los jóvenes intelectuales que bajo el amparo intelectual de un referente cultural del Partido Comunista, como Héctor P. Agosti, había recuperado a Gramsci a fines de los años 1950, era uno de los docentes que estaban en la segunda línea académica de la sociología después de 1966, pero que ya ocupaba un lugar intelectual bastante relevante. Las credenciales que permitían ese prestigio de Juan Carlos Portantiero y que reconvertiría en el ámbito de la sociología, no eran producto de una trayectoria académica, sino la de un innovador intelectual politizado que hacía pie en la sociología portando un capital específico adquirido fuera del campo, pero que en la segunda mitad de los años 1960 era un componente importante de las sociologías preocupadas por el cambio social: la obra de Antonio Gramsci. Apenas transcurridos un par de años Portantiero escribiría junto a Miguel Murmis el trabajo *Sobre los orígenes del Peronismo* que suponía una discusión sobre las características del movimiento.

Las elecciones de 1973 habían dado el gobierno a Cámpora, y en ese contexto los sectores ligados a la “tendencia revolucionaria del peronismo” ocuparon lugares significativos en distintas áreas de gobierno. La Universidad dirigida por Rodolfo Puigrós se convierte en un espacio privilegiado para estos sectores. La Carrera de sociología produce con este movimiento institucional una operación de cambio generacional. En el breve y conflictivo año y medio de esa administración más que cambios significativos en el currículo, lo que se presiente es una implicación más real y probablemente más trágica con la política. No es simplemente la elaboración de una especulación entorno a la dependencia o a la revolución nacional. Las generaciones más jóvenes que participan de esa administración son más actores (quiéranlo o no) de una lucha política dentro del peronismo que irá adquiriendo formas militares dramáticas. Ya no son, en esta franja, vanguardias culturales que proclaman una implicación en la política. O bien ocupan el lugar de subordinados al líder, y por lo tanto pierden su productividad cultural y política en ese contexto, o devienen en sector más o menos secundario (de acuerdo a su ubicación en los distintos frentes de acción posibles) de una vanguardia político-militar.

Es quizás Roberto Carri, en un libro publicado a fines de 1973, quién mejor expresa esta posición. Allí se recogen artículos publicados en la revista Antropología del Tercer Mundo y otros producidos exclusivamente para el libro. En ambos casos se observan las características mencionadas. No son, ni quieren serlo, trabajos académicos. Pero ahora, tampoco son los productos de la vanguardia populista cultural de las ciencias sociales; se han convertido decididamente en herramientas intelectuales de la política.

La etapa posterior al golpe tiene, por lo menos tres momentos: (1) el de puesta en debate de las experiencias vividas en los años 1960 y 1970, básicamente a las formas posibles de cambio social, con el predominio de una sociología política, que, por un lado se preocupaba por la construcción de un nuevo orden democrático, y por otro, atendía a

actividades luego de 1966”. A estos lugares de grado se les debe agregar el posgrado de “las escuelas de sociología de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales y la de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba” (Rubinich 1999)

las nuevas formas de contestación social que no se daban a través de instituciones clásicas como sindicatos o partidos; (2) el de la década del 1990 con una presencia importante de los organismos financieros internacionales influyendo de manera directa en formas de diagnosticar la desigualdad social y produciendo una transformación, como parte de un proceso global, del mundo educativo en general y académico en particular; y (3) en los últimos cinco o diez años, un proceso de recambio generacional en el marco de complejas condiciones estructurales, en las que principalmente pueden mencionarse los cambios del sistema académico generados en el marco de la revolución neoconservadora, como el afianzamiento de algunas universidades privadas con voluntad de formar sectores de élite social, y a la vez, un gobierno que creó más universidades y otorgó más presupuesto a el área de ciencia y técnica.

El golpe de estado de 1976 implantará el Terrorismo de Estado y que resultará en la represión estatal ilegal, en la intervención de las universidades y obviamente en fuertes imposibilidades de desarrollar en los ámbitos académicos públicos una sociología con preocupaciones trascendentales. En el país continuarán las actividades de sociólogos que no tenían un compromiso político o que no había sido tan intenso. La universidad del Salvador entabló una estrecha relación con los centros privados de investigación que recibían financiación de fundaciones norteamericanas y europeas durante la dictadura. Fue en esos ámbitos en los que se desarrollaron análisis de las políticas económicas de la dictadura, de las formas que habían adquirido las dictaduras inmediatamente anteriores a la apertura democrática de 1973 y sobre todo, desde allí se construirá uno de los pilares donde se asentaría las reflexiones de sociología política institucionalista o de filosofía política que armaron los argumentos de la revalorización democrática.⁸

Otro pilar significativo correspondería a sectores del exilio (sobre todo del exilio mexicano) que construyeron esa revalorización desde tradiciones de izquierda, sobre las críticas que florecían en Europa a los socialismos reales y sobre la propia reflexión crítica acerca de los fracasos de las experiencias revolucionarias en América Latina. En uno y otro caso se arriba a un clima de época marcado por la mencionada mirada institucionalista de la acción política que se expresará menos a través de la historicista sociología política, que de una nueva ciencia política sostenida en relación a las ideas de pacto social, reforma política y gobernabilidad entre otras. Pero los recorridos que permiten el arribo a un lugar más o menos similar son distintos (Burgos, 2004)⁹. En el

⁸ Los centros de investigación como el Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) y el Centro de Investigación sobre el estado y la administración (CISEA) se convirtieron en espacios de reflexión que en ese momento de restricción de libertades cumplieron un papel importante en la producción de conocimiento y también en la formación de investigadores jóvenes. El mencionado en segundo término funcionó en algún tramo anterior a las elecciones y en un momento inmediato posterior como un verdadero *Think Tank* del alfonsinismo. De esos espacios surgieron los análisis de Guillermo O'Donnell sobre el Estado burocrático autoritario, los análisis de Jorge Sábato sobre las clases dominantes los trabajos de Oscar Ozlak sobre la conformación del estado argentino y las miradas críticas desde la economía a las políticas neoliberales de Adolfo Canitrot y Roberto Frenkel. Allí coexistirán perspectivas de análisis diferentes y surgirán estilos de trabajo que se consolidarán luego en democracia, como los análisis de Jorge Balán y Elizabeth Jelin. Otros centros como el CEUR, el CENEP y el dependiente del estado CEIL, que no tuvieron la relevancia política de los anteriores, fueron también espacios que posibilitaron la continuidad de la investigación académica.

⁹ La intervención de los sociólogos en la vida pública fue parte de la rutina del mundo político cultural de la transición democrática. Oscar Landi, José Nun, Horacio González, Liliana De Riz, entre muchos otros ocuparon asientos junto a los mencionados en el texto y también a intelectuales provenientes de las

caso de sectores del exilio mexicano, su mirada crítica sobre la experiencia revolucionaria no supuso simplemente una adaptación vulgar a la democracia liberal, como bien observa Burgos (2004)¹⁰.

Al fin, éstos eran participes directos y herederos de las experiencias problematizadoras políticas y teóricas, de las nuevas izquierdas de los años 1960. Es bueno recordar que esas experiencias atacaban no solo la pasividad burocrática de las izquierdas tradicionales, sino también (y fundamentalmente) sus reduccionismos teóricos. La sociología politizada de los años 1960 en sus mejores expresiones fue compleja y sirvió para generar debates que permitieron entender mejor sociedades de este rincón del mundo y (cuando sean revisados sus productos sin la pasión de los prejuicios) las formas políticas sociales y militares que adquirió un proceso de importante politización revolucionaria extendido por anchas y heterogéneas franjas de la sociedad de la época.

El arribo a la crítica de las izquierdas, en el marco de la resignificación de las democracias parlamentarias, y en ese contexto, la opción de las socialdemocracias como un espacio de inserción en la lucha política, para el espacio que provenía de una experiencia de análisis sustentado en marxismos aggiornado, es mucho más que un simple golpe de timón. Quizás la experiencia de la revista *Controversia* de exiliados argentinos en México es el indicador que permite recomponer los elementos que conformarían esta transformación. Allí aparecerán los debates intelectuales eurocomunistas sobre el deterioro del socialismo real y la mirada crítica sobre la experiencia propia (Casco, 2005; Burgos, 2004)¹¹.

Más allá de los debates en revistas o en foros públicos, uno de los pocos trabajos de sociología que queda decididamente afuera de las visiones sofisticadas de la llamada teoría de los dos demonios es el libro de Juan Carlos Marín, *Los hechos armados*, cuya primera edición fue difundida alrededor de 1978 en México. El libro tenía como objetivo dar cuenta de las “precondiciones del genocidio”. Obviamente se desplegaban los recursos del oficio del sociólogo: una mirada teórica, referentes observables que permitieran localizar que esa reflexión se sostenía en objetivos que trascendían un trabajo

humanidades en cientos de mesas redondas, conferencias, presentaciones de libros y revistas, seminarios más o menos informales a lo largo de la década del ochenta. La revista Punto de Vista y la revista Unidos y luego La ciudad Futura serán las tribunas de este nuevo debate sobre las formas democráticas y sus posibilidades.

¹⁰ “Cuando intelectuales como James Petras o Agustín Cuevas o el más joven Kim Park, explican las enormes transformaciones en el pensamiento de la izquierda política sólo como parte de una maniobra estratégica de los EEUU o de la socialdemocracia europea a través de sus agencias privadas o estatales de financiamiento de la investigación incurren en una grave simplificación que tiene como principal consecuencia negativa el ocultamiento de contribuciones legítimas para el pensamiento transformador latinoamericano.” (Burgos, 2004)

¹¹ “La Dirección de la revista *Controversia* estuvo a cargo de Jorge Tula, también integrante de este grupo, y su Consejo de Redacción estuvo formado por Sergio Bufano, Carlos Abalo, José María Aricó, Ricardo Nudelman, Rubén Caletti, Nicolás Casullo, Oscar Terán, Héctor Schmucler y Juan Carlos Portantiero. El eje que aglutinó a estos intelectuales en torno de la revista fue de modo central, el reconocimiento de la derrota de los proyectos políticos en los que se habían enrolados, y este reconocimiento era el punto de partida para una reflexión crítica y superadora. Superadora de las posiciones políticas pero también teóricas con las que habían actuado en esos convulsionados años. Así, el marxismo, el populismo representado en Argentina por el peronismo, los régimen socialistas de Europa del Este son algunos de los focos centrales del análisis y la reflexión que recorren sus números.” (Casco, 2005)

académico restringido a ese mundo. Se dirá en uno de los prólogos (el de la edición de 1995) “el libro... intentó ser un esfuerzo consciente por adelantarse y alertar a los iguales acerca de la iniciación y tendencia de un proceso- para nosotros en ese momento inequívoco e irreversible: la determinación de guerra de exterminio que habían tomado los sectores más grandes, concentrados y poderosos de los capitalistas argentinos ante la crisis de su modo de acumulación capitalista.”

El trabajo evalúa que con la recuperación de la ciudadanía política en 1973 se desencadenó un proceso social que “instaló por un lado el inicio de la crisis del carácter político del orden social de los ciudadanos” y por otro “la búsqueda de un reordenamiento del orden social como recuperación política de la crisis de la identidad política de los ciudadanos.” En suma, un registro empírico minucioso de los hechos armados producidos por las diferentes organizaciones revolucionarias y por las fuerzas denominadas contrainsurgentes es la base de datos que posibilita construir un objeto reflexivo en base a una perspectiva teórica en las que se encuentran elementos de Clausewitz, Marx, Piaget y Foucault y que da cuenta de una lucha de clases en la que su intensidad hizo que con un grado de consenso moral de la sociedad capitalista se convocará al Estado a la guerra de aniquilamiento. Este libro tuvo varias reediciones, pero ocupó un lugar secundario en el debate, aunque influyó en las caracterizaciones que algunos organismos de derechos humanos hicieron del período de intenso conflicto social. En el ámbito específico de la sociología, el autor había sido uno de los jóvenes fundadores y formador de generaciones, y entonces hay de hecho un reconocimiento intelectual a su figura, pero, a la par, y salvo en grupos afines, ese texto, no fue leído.

Los objetivos que perseguían las reformas llevadas a cabo en Argentina a principios de la década del 1990 no sólo se alcanzarían con las modificaciones económicas. También se plantearon alteraciones importantes en la política social. Así, surge en este período una manera diferente de problematizar los conflictos “sociales” y un aumento de la creencia en los expertos como una de las fuentes de resolución de los mismos.

Tanto la reducción extrema de las capacidades estatales, como la “eficientización” que suponía el incremento de personal profesional flexibilizado, expresaban una fuerza político cultural expandida a nivel internacional que producía una verdadera revolución neoconservadora. Paralelamente a este movimiento, desde los organismos financieros internacionales que serán los diseñadores y directamente promotores de las nuevas políticas públicas, se reafirmará discursivamente la autonomía de la sociedad civil. Esas políticas se proponían una transformación modernizadora de estos espacios que reposaba por lo menos en dos ejes: su revalorización como actor con capacidad de implementación concreta de las nuevas políticas sociales y, una dinamización de sus capacidades, racionalizando estos espacios al estilo nueva empresa. Estos criterios suponían la profesionalización de sus cuadros técnicos. Las llamadas ONGs – las incluidas en redes que eran parte de este nuevo clima y que lograban algún tipo de financiación – decididamente comenzaban a reclutar profesionales jóvenes de la sociología. El proyecto de profesionalización deudor directo de las mencionadas políticas internacionales incluyó diagnósticos realizados por grupos de centros de investigación que además promovieron instancias de discusión y formación con los sectores de ese mundo dispuestos a incluirse

en el contenedor espacio del tercer sector. Las universidades de San Andrés y Di Tella, junto al CEDES crearon una carrera de postgrado para generar especialistas en este espacio.

Pero quizás el espacio de mayor significación política en la década de los noventas y quizás también en el momento presente (no solo porque promovieron en el Estado la incorporación de profesionales flexibilizados de las ciencias sociales, sino porque su *intelligenzia* fue reclutada no exclusivamente en el mundo clásico e ideologizado de los economistas de Chicago, sino también en espacios académicos de otras ciencias sociales como la sociología con perfiles de profesionales formados en la radicalización política previa a las dictaduras) es la fracción de los organismos financieros (básicamente el Banco Mundial y el BID) que intervinieron como nunca antes había ocurrido en el diseño conceptual e implementación de las políticas públicas de los estados nacionales en América Latina.

Su relación con las ciencias sociales tiene dos aspectos principales a tomar en cuenta. Por un lado su capacidad para abordar el diseño, la fundamentación teórica y metodológica de las políticas públicas y de los distintos programas que implicaban su implementación puntual. Estas tareas fueron imaginadas por investigadores de ciencias sociales, algunos de ellos con una relación de pertenencia directa al organismo, y otros (una franja importante de esos recursos intelectuales) con una circulación parcial por esos mundos y pertenencia simbólica principal al mundo académico. Alternativamente esta nueva *intelligenzia* internacional se desempeñó específicamente en los espacios de producción de conocimiento de los propios organismos o en distintas funciones en los estados nacionales. Algunos de los más prestigiosos continuaban con su pertenencia académica. Pero, por otro lado, el diseño de estas políticas públicas, como ya se ha mencionado, presuponía en el Estado un tipo de recursos humanos con una capacitación técnica profesional que habría que buscar en el mundo de las ciencias sociales. Principalmente el Ministerio de Desarrollo Social, aunque también el Ministerio de trabajo, el de Salud y el de educación, sus similares provinciales y las áreas sociales de los municipios se volvieron hasta hoy contratantes de profesionales técnicos provenientes de la sociología.

El mundo profesional no académico tuvo entonces en la Argentina un proceso que comenzado en los años 1960 se desarrolló y creció sobre todo a partir de la apertura democrática y se afianzó como un espacio heterogéneo reconocido y legitimado en distintas áreas en la década de 1990. El desarrollo de estos espacios y su consecuente legitimación produjo una dinamización de la práctica profesional y entonces un crecimiento concreto de posiciones laborales. Paralelamente hubo un reconocimiento público más amplio y a la vez, tomando a la totalidad de la comunidad como un objeto analítico, también la generación de algunos significativos nuevos problemas.

Los debates sobre la democracia y sobre la revolución quedan a un costado a directamente ya no tienen presencia, sobre todo, en los últimos cinco o diez años, en que la generación fundadora o se va retirando o tiene menos presencia o no tiene la fuerza para imponer nuevas cuestiones. El proceso de generación de estructuras de posgrado que no existía de la manera extendida como se manifiesta desde hace una década en la Argentina resultó en una muy importante y variada producción de las nuevas

generaciones. Las tesis de posgrados producidas en las distintas universidades en las que hay formación en sociología o disciplinas similares, crecieron en proporción geométrica en relación a lo que había en la década de 1990. Si se observan las últimas cinco jornadas de sociología organizadas por la Carrera de Sociología de la Universidad de Buenos Aires es posible ver entre 800 y mil ponencias con los más variados temas y una diversidad de acercamientos teórico y metodológico que se corresponden con la diversidad existente en el conjunto del campo académico internacional. A la vez, el espacio profesional no académico de la sociología que se venía afianzando durante todo el período democrático tuvo también un crecimiento y una diversificación.

A partir del centro constitutivo de formación de investigadores, crucial en de la identidad del campo sociológico se desprenden zonas diferentes del mundo relativo a la práctica profesional no académica que se fueron constituyendo como espacios con alguna fuerza e identidad quizás desde los años sesenta, aunque en las últimas dos décadas tuvieron un desarrollo significativo. Expresan un tipo de práctica similar- más allá del capital y la porción de recursos humanos implicados en cada caso nacional- al que se realiza en otras sociedades contemporáneas.

Los distintos espacios de la práctica profesional no académica que se han localizado en una investigación son los siguientes: (a) el de las consultoras de opinión pública; (b) el de las consultoras de investigación de mercado; (c) los departamentos de investigación de mercado, de marketing , eventualmente de recursos humanos de la empresa privada; (d) el que corresponde a organismos estatales de distinto nivel (nacional, provincial y municipal); (e) el del mundo de las organizaciones no gubernamentales ONGs también llamado “tercer sector”, y, aunque en menor grado de importancia; (f) la docencia no universitaria. Por último merece una especial atención lo que aquí se denominó: (g) el espacio tecnocrático internacional.¹² (Rubinich y Beltrán, 2010)

III. Algunos problemas del presente

Si se junta el mapa de lo que efectivamente se hace con la sociología, con los elementos comunes del deber ser planteados por las zonas más prestigiosas de esta comunidad, aparecen por lo menos un par de problemas interesantes. En realidad, los dos que se plantearán acá están relacionados con maneras de resolver la tensión autonomía-heteronomía. El primero se refiere al infucionamiento que los organismos financieros internacionales produjeron en los 1990 en zonas del mundo académico y las marcas que allí dejaron, y, el segundo, tiene que ver con las discusiones surgidas al calor de los intentos de transformación del sistema universitario, también promovidos por los

¹² Resultados obtenidos en base a una encuesta, realizada entre los años 1999 y 2001, sobre 180 casos de sociólogos que hubieran recibido su título de licenciatura entre los años 1988 y 1998, a quienes se les administró, telefónicamente, un cuestionario breve. La encuesta fue realizada en el marco del proyecto UBACyT “Las ciencias sociales en el fin de siglo. Un análisis del mundo académico y su relación con tradiciones intelectuales y nuevas perspectivas profesionales en la Argentina de los ‘90”, dirigido por L. Rubinich; con el objetivo de contar con datos propios sobre la forma en que se organizan y distribuyen las diversas prácticas sociológicas en el interior del campo.

organismos financieros, en los que se plantea el debate de la relación entre la sociología y el mercado de trabajo.

En el primer caso es necesario deslindar dos aspectos, para no transformar la cuestión en una crítica política legítima, pero no pertinente a la cuestión a tratar aquí. Que los organismos financieros se convirtieran en diseñadores conceptuales de políticas públicas de los Estados nacionales de América Latina en los años 1990 y tuvieran la suficiente capacidad política para lograr la implementación concreta de esas políticas públicas, los convierte en un espacio del mundo tecnocrático con gran fortaleza política. Pero que posean no solamente la capacidad de producir conocimiento sobre lo social, sino que además hayan logrado prestigiarlo como conocimiento académico, plantea algunos problemas a la sociología académica, a la producción de conocimiento en autonomía. La autonomización relativa del mundo científico y cultural de los poderes políticos, económicos y religiosos es el ideal de funcionamiento de la ciencia y la cultura modernas y existen instituciones que no sin tensiones expresan ese ideal. En la década de los noventa una visión individualista de lo social que podía ser predominante en una ciencia económica al servicio de poderes transnacionales, pero que apenas tenía alguna presencia marginal en el mundo académico de la sociología, ocupó un lugar importante en este, a partir de una relación de ida y vuelta entre franjas de ese mundo académico e instituciones financieras internacionales como el Banco Mundial y el BID.

Si la ciencia social fuese acumulativa en un sentido lineal, se habría superado esta discusión hace ya casi ciento cincuenta años cuando Marx refutaba de manera contundente estas perspectivas en sus discusiones con los economistas clásicos y los jóvenes hegelianos caracterizando a estas perspectivas que no tomaban en cuenta la determinación de la acción social como robinsonadas. Éstas resucitaron en la sociología de fines del siglo XX bajo la categoría moral de *pobre*. Esta categoría casi deshistorizada y definida a través de atributos y no de relaciones, ocupó un lugar no solo en estadísticas públicas, y en los análisis puramente tecnocráticos, sino también en los académicos.

No habría que subestimar el deterioro de objetivos trascendentales en estas comunidades intelectuales o, para decirlo más puntualmente: los objetivos trascendentales de la reconstrucción democrática no fueron percibidos como tan trascendentales por franjas importantes de la comunidad que intentaron una salida profesional que posibilitase una sobrevivencia adecuada a su status. Además la llamada crisis de paradigmas afectaba al mundo ideológico que se había planteado como alternativo en los 1970, y también a las ciencias sociales como compañera de ese mundo ideológico. De resultas de esa situación se emprendían caminos nuevos en un mundo que al fragmentarse en diversidades legítimas no poseía la capacidad de intervención del que solo cuenta con algunos centros fuertes.

La relación entre sociología y mercado de trabajo puede ser problemática cuando, como ocurrió en algunas de las discusiones de los noventa se plantea una subordinación mecánica de la formación de sociólogos al mercado de trabajo. Una carrera de grado de sociología consigue que sus profesionales tengan una inserción importante en un mercado de trabajo heterogéneo y dinámico, como se ha demostrado en los últimos veinte años en la Carrera de Sociología de la UBA, cuando los egresados cuentan con una formación que les permite abordar cuestiones de la vida social apoyados en los grandes pilares de la

teoría social y en los estilos de trabajo metodológicos y técnicos que le permiten hacer andar esa teoría social y producir conocimiento. Eso los posiciona para pensar diversidad de hechos sociales. No es posible formar a un profesional para una posición exclusiva y puntual del mercado de trabajo, cuando esa posición puede resultar inexistente cuando el profesional esté formado. Es la imaginación sociológica la que hará que un sociólogo pueda abordar un nuevo problema referido al consumo de distintos sectores sociales, o la pertinencia y forma de un plan de vivienda de acuerdo a las características socio culturales de una población, o las formas que adquiere la reproducción de la dominación en determinadas instituciones, o las grietas que abre un grupo subordinado para resistir a esa dominación.

La sociología para mantener su identidad reconociendo su herencia de tradiciones científicas y culturales necesita irremediablemente construir conocimiento “sobre el poder” porque es la única manera de intentar decir algo productivo sobre el hecho social. En tanto existan instituciones como las universidades que posibiliten el mantenimiento de la relativa autonomía frente a los poderes políticos, económicos y religiosos, esa tarea, no sin dificultades, tendrá al menos, la posibilidad potencial de realizarse. El conocimiento útil para el poder, cuando de alguna manera está tensionado por el espacio de formación del mundo científico académico autónomo tiene dimensiones problematizadoras que lo vuelven quizás más útil para el poder. En el momento que la institución de formación se plantea sin mediaciones como un espacio de formación que genera productores exclusivos de conocimiento útil para el poder, de profesionales que se mimetizarán con una posición situada históricamente en el mercado, la disciplina seguramente se transformará apenas en un rutinario conocimiento técnico con poca utilidad para la sociedad entendida en el sentido trascendente y también para los actores del poder ubicados ya en el llamado mercado o en el Estado. Actualmente hay una gran producción de conocimiento, diverso y que apelan a distintas formas de construcción del objeto analítico. Es un humus que puede posibilitar experiencias político culturales interesantes. No obstante, es verdad que la vitalidad de las sociologías periféricas estuvo ligada a cuestiones que de algún modo la trascendían como comunidad acotada, y se trataba de una efervescencia social que radicalizaba productivamente una mirada sociológica siempre cuestionadora del orden.

VI. Bibliografía

- Bourdieu, Pierre (2000) *Los usos sociales de la ciencia*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- Burgos, Raúl (2004) Los gramscianos argentinos. Cultura y política en la experiencia de Pasado y Presente. Buenos Aires Siglo XXI
- Carri, Roberto, (1973) Poder imperialista y liberación nacional, Buenos Aires Efece ediciones.
- Germani, Ana, (2004) Gino Germani. Del antifacismo a la sociología, Buenos Aires Taurus.
- Marín, Juan Carlos (2003) *Los hechos armados. Argentina 1973-1976*. Buenos Aires: La Rosa Blindada, PICASO (2^a edición).

- Murmis, Miguel y Portantiero, J. Carlos (1971) *Estudio sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Pereyra, Diego (2005) “International Networks and the Institutionalisation of Sociology in Argentina (1940-1963)” University of Sussex at Brighton.
- Picó Josep (2003) Los años dorados de la sociología (1945-1975), Madrid, Alianza.
- Portantiero, Juan Carlos, (1981) Los usos de Gramsci, Folios México.
- Rubinich, Lucas (1999) Los sociólogos intelectuales: cuatro notas sobre la sociología en los '60, Buenos Aires, revista Apuntes de Investigación N 4 junio de 1999.
- Rubinich, Lucas y Beltrán Gastón (2010) “Qué hacen los sociólogos” Aurelia rivera, Buenos Aires.
- Rubinich, Lucas (2001) *La conformación de un clima cultural. Neoliberalismo y universidad*. Buenos Aires: Libros del Rojas.

5. La sociología en Chile hoy

Kathy Araujo¹³

Privilegiaremos cuatro los rasgos de la sociología en Chile hoy para realizar una semblanza de la misma. Éstos articulan de manera íntima una trayectoria histórica y una serie de inflexiones teóricas e institucionales. En primer lugar, y a semejanza de otras sociologías latinoamericanas, la sociología chilena desde los comienzos de su institucionalización en los años 1950/1960 se caracterizó, y en parte sigue caracterizándose, por la clara impronta de problemáticas políticas. Si, como veremos, esta tendencia sigue siendo acentuada hoy en día, es posible observar al mismo tiempo que la hegemonía de un tipo de sociología política ha sido contestada por una serie de expresiones que se sitúan en ruptura con ella, entre ellas la fuerte vinculación del trabajo sociológico con las políticas públicas. En segundo lugar, se destaca, y en clara relación con los avatares de la dimensión política, una inflexión de índole propiamente teórica, que es posible relacionar con la fuerza con la cual se implantó en Chile la teoría de sistemas de Luhman y, posteriormente, la teoría del actor-red de Latour. En tercer lugar, desde los años 1980 y como consecuencia no prevista del cierre de las escuelas de sociología en las universidades por la dictadura militar, la sociología chilena se profesionalizó fuertemente desarrollando estudios de mercado, consultorías, asesorías, análisis para ONGs u organismos internacionales o encuestas de opinión pública, las que en vínculo o no con la academia, estructuran desde entonces una parte significativa de las prácticas de los sociólogos en Chile. Finalmente, en cuarto y último lugar, sobre todo en la década de 1990 y del 2000, la sociología chilena se ha abierto y no cesa de abrirse a nuevas temáticas sociales. Se muestra significativamente más sensible a dimensiones culturales, barriales, familiares e incluso relaciones que tienden con más frecuencia a ser estudiadas sin referencia a debates políticos o de políticas públicas. Veamos cada uno de estos puntos en detalle.

I.

La dimensión *mainstream* de la sociología chilena se estructuró fuertemente en torno a temas políticos. Si en un primer momento, que podría con cierto laxismo fecharse entre 1950 y 1980, los temas fundadores y centrales de la sociología chilena – como en muchos otros países latinoamericanos – fueron el desarrollo, la democracia y la dependencia (Martuccelli, 2015), progresivamente, y sobre todo entre 1990 y 2010, la sociología transitó del análisis del sistema político propiamente dicho a estudios

¹³ Professora e pesquisadora do Instituto de Humanidades, Universidad Academia de Humanismo Cristiano. Chile.

focalizados en la implementación de diferentes políticas públicas. Esta dimensión se vio reforzada por la participación de muchos sociólogos en puestos de gobierno o en la administración pública en los cuatro primeros gobiernos de la Concertación (1990-2010). Es cierto que a este respecto es exagerado hablar de una generación de sociólogos que habría reemplazado a los “*Chicago boys*”, el grupo de influyentes economistas en la dictadura militar (1973-1990), pues, de hecho, el discurso económico ha continuado siendo dirimente en la discusión pública en Chile. Sin embargo, también lo es que en la inflexión económica que se produjo en los 1990 los sociólogos tuvieron un rol activo en la afirmación de esta nueva sensibilidad pública (“la otra deuda”, la equidad, los malestares de la modernización, etc.). No se trata de un aspecto menor, puesto que los sociólogos con una clara identidad disciplinaria fueron actores políticos de la transición y de los años post-dictadura.

Pero, volvamos a los años 1950. La sociología chilena participa, en estrecha discusión con otras sociologías nacionales de América Latina, en el esfuerzo por poner forma al desarrollo y los pactos políticos que se estructuran por esas décadas. A semejanza, también, de otras experiencias nacionales en América Latina, rápidamente la sociología chilena se interesaría por los escollos al desarrollo: la heterogeneidad estructural de Aníbal Pinto (1959) y su afirmación de un contraste entre un país políticamente desarrollado y económicamente subdesarrollado; la tesis de Faletto – junto a Cardoso – (1969), subrayando las falencias de la clase dirigente chilena; o los trabajos, más abiertamente críticos, que desde el estructuralismo desarrollarán Sunkel y Paz (1970). Todos estos temas tienen una indefectible impronta económica. No obstante, es desde la sociología política y desde la particular articulación entre dependencia y desarrollo que son pensados el crecimiento y la independencia nacional.

Desde un punto de vista histórico, esta fase está estrechamente vinculada al período de reformas que se abrió con el gobierno de Frei (1964-1970) y luego, por supuesto, con el breve gobierno de la Unidad Popular (1971 – 1973). Pero se trata de una fase que también se benefició de la implantación de la CEPAL, lustros antes, y de los trabajos que estimuló el argentino Raúl Prebisch desde Santiago en torno al eje centro-periferia, así como, en torno a los años 1960 e inicios de los 1970, por la presencia por razones de exilio político de intelectuales de otros países de la región. A eso habría que sumarle la atracción que suscitó el gobierno de Allende (Unidad Popular) en sociólogos europeos como Alain Touraine y Manuel Castells y sus trabajos en torno a los movimientos sociales o las luchas urbanas.

El golpe de estado de Pinochet en 1973 marca un quiebre en la sociología chilena. A los exilios y persecuciones de muchos intelectuales, se añadió el cierre de centros de estudio y, con ello, la necesidad para los sociólogos de reconvertirse ya sea en actividades diversas en el mercado de trabajo o en la búsqueda de otras formas de financiamiento internacional. A raíz de esta situación, sin que haya sido probablemente evidente del todo para los propios protagonistas, la sociología empezó a mutar internamente. Aún cuando la problemática política seguía siendo mayoritaria, en particular en torno al tema de la dictadura y la represión, subrepticiamente nuevas temáticas fueron incorporándose al quehacer sociológico desde los años 1980 a medida que una nueva agenda de investigación impulsada por los organismos internacionales se instalaba: poblaciones,

ruralidad, jóvenes y sobre todo los estudios de género. La participación ciudadana en todas sus manifestaciones, comunidades eclesiales de base, agrupaciones barriales, movimientos sociales y, más tarde la denominada sociedad civil se convirtieron en grandes problemáticas de la sociología chilena. Si la política sigue siendo dirimente, sin embargo, la sociología se aboca más al estudio de actores sociales más o menos independientes del sistema de partidos políticos strictu sensu. Tal vez pocos trabajos representen mejor este primado de lo político y esta inflexión en curso como el trabajo *El proceso político chileno* de Manuel Antonio Garretón publicado en 1983, o los trabajos de Norbert Lechner (1985) y el puente que éstos establecen entre cultura, política y subjetividades.

Con la llegada de la Concertación (1990), la sociología política chilena a veces en vínculo con responsabilidades gubernamentales. Se “tecnificó” y se “concretizó”, es decir, se interesó cada vez más por los procesos de diseño, establecimiento y evaluación de políticas públicas. Resulta imposible minimizar el efecto, ya sea directo o indirecto, que ha tenido esta estrecha colaboración con los gobiernos de turno en la producción del perfil del sociólogo experto en vínculo con la tecnocracia. Primera conclusión: si la sociología política crítica sigue siendo un eje temático central, no posee más el rol hegemónico que detentó históricamente en la fase de formación de la sociología chilena. Ello no impide, empero, que el marco institucional y político siga muchas veces operando como marco explicativo. A tal punto es frecuente, que los análisis de la sociedad chilena muchas veces se hacen a partir de períodos presidenciales, como es visible en algunos trabajos de alto impacto público como el de Tomás Moulian, quien en 1997 escribió un verdadero best seller sociológico nacional, *Chile actual: anatomía de un mito*, o en los trabajos de gran tiraje de Eugenio Tironi (2005) y en algunos de los Informes de Desarrollo Humano del PNUD.

II.

La dictadura militar no solamente produjo un quiebre represivo en el quehacer sociológico, sino que también participó, de manera totalmente involuntaria, en la afirmación de nuevas tendencias sociológicas en el país, a través de la relevancia que tuvieron ciertas teorías sociales, primero la de Luhmann y, más recientemente, la de Latour.

Entre los 1980 y 1990 con una fuerza inusitada si se compara con el resto de América Latina (en donde la teoría de Luhmann solo tuvo desarrollos más bien puntuales en México y en parte en Brasil), la teoría de sistemas tuvo una importante aceptación entre los sociólogos chilenos. Cousiño y Valenzuela (1994), en la estela del trabajo de Morandé, propondrán una interpretación de conjunto de la evolución de la sociedad chilena en donde el peso analítico recae sobre la “cultura” y el “mercado” en claro detrimento del sistema político. Sin reducir la teoría luhmaniana a este solo aspecto, es difícil no hacer la hipótesis que la fascinación por su trabajo se debió a la traducción particular que proponía a una sociedad privada de vida política. Para Luhmann este aspecto lejos de ser un impasse podía ser leído como un rasgo de sociedades complejas en las que el sistema político constituía una dimensión subalterna. Una interpretación plausible, puesto que si la impronta de Luhmann será aún visible en los años 2000,

especialmente en los trabajos de Mascareño (2010), su importancia decrece a medida que los debates públicos se reconstituyen. Aún cuando la plausibilidad de esta interpretación pudiera ser puesta en cuestión, resulta imposible desestimar lo que este movimiento aportó a la sociología chilena al desplazar de su centralidad a un conjunto de teorías, como la marxista, que hasta entonces habían privilegiado y acentuado lo político y los procesos de dominación.

Un proceso análogo, o sea la atracción por teorías en donde lo político tiene escaso alcance, es también observable hacia finales de la primera década de los años 2000. Los trabajos de Bruno Latour tendrán en Chile una recepción significativa, especialmente entre las jóvenes generaciones, en claro contraste con su más reducida influencia en otros países de América Latina. El caso de Latour es especialmente significativo. Si las diferencias con la teoría de sistemas son notorias, algo les es común: una descripción de la vida social en la que lo político tiene un rol subalterno. No es de extrañar, por ello, que este movimiento se vincule con la crítica que hace este conjunto de sociólogos, en acuerdo con la crítica de los adherentes teóricos a Luhmann, a una supuesta sobre-implicación política de la producción sociológica de la generación directamente precedente. Lo importante en la teoría del actor red son las asociaciones, las maneras en que se consolidan redes entre actores plurales humanos y no humanos en donde los aspectos técnicos tienden a dotarse de una primacía indiscutible. Sobre todo, y en este punto en una estrecha relación con el trabajo de Luhmann, una vez más, Latour presenta un nuevo rostro del anti humanismo contemporáneo: la voluntad de desplazar el gobierno de los hombres por la administración por las cosas (redes y dispositivos).

¿Por qué traer a colación estas dos teorías? Seguramente podrían traerse a colación otras teorías sociales (como aquellas producidas por Beck, Giddens, Foucault, o la importante recepción de Bourdieu) que en ese período tuvieron, y sin duda continúan teniendo, un eco importante en el quehacer sociológico chileno (Ramos, 2014). Evocar con este acento el trabajo de Luhmann y Latour responde a que su diferencial de recepción en Chile con respecto a otros países latinoamericanos, exige una interpretación. Esta característica particular, proponemos, permite subrayar dos rasgos particulares en la sociología chilena. El primero, la existencia de una corriente de sociólogos que propusieron y proponen una visión a-política de la sociedad con, sin duda, más ahínco, y éxito, que en muchos otros países de América Latina. En segundo lugar, la concomitante relevancia de la atracción por el anti-humanismo, un elemento, que como señalamos está presente en estas teorías. No es irrelevante este dato. Estos caracteres pueden ser asociados con una traducción teórica de la fuerza del modelo neoliberal y, al menos parcialmente, puestos en relación con los efectos, sobre el campo intelectual, de la dictadura militar (Garretón, 2014).

III.

En tercer lugar, y como lo hemos mencionado, uno de los efectos imprevistos de la dictadura militar es que abrió las vías a una activa profesionalización de la sociología. La dimensión, comparada con otras situaciones de América Latina pero también con otras sociologías como la estadounidense y la europea, es particularmente relevante. A diferencia de otras experiencias, en las cuales la sociología no buscó institucionalizarse o

profesionalizarse prefiriendo guardar una mirada crítica sobre la vida social, muchos sociólogos chilenos por razones de sobrevivencia material tuvieron que abrirse al mercado. El resultado de esta coerción fue particular.

En efecto, a diferencia de otros países, la sociología en Chile logró conservar parte del mercado (con economistas y polítólogos) en lo que concierne a encuestas de opinión pública, informes a empresas o análisis de intervenciones sociales. Se trató de una profesionalización coactiva que se tradujo, a nivel de los currículos académicos, por la importancia creciente que tuvieron los cursos de metodología en la formación de los sociólogos, algo muy visible en la casi totalidad de los departamentos de sociología hoy en Chile. La formación técnica de los sociólogos chilenos es particularmente sólida en la actualidad.

Pero esta profesionalización también tuvo una segunda arista. Los sociólogos se vieron obligados a interesarse a temáticas radicalmente desprendidas de toda significación política, como los estudios de mercado efectuados con el fin de conocer el perfil de los consumidores lo muestran a cabalidad. No es un asunto menor: por ejemplo, en Chile, a semejanza de algunas otras sociedades latinoamericanas, es la clasificación según categorías de consumo la que se ha convertido en una de las principales representaciones de la sociedad que tanto los individuos como la sociología movilizan. Resultado: un número significativo de sociólogos ejercen su oficio fuera de la academia produciendo estudios de muy diversa índole que se caracterizan a diferencia de los estudios de fases anteriores de la sociología chilena, por prestarle poca o ninguna atención a la política.

IV.

En cuarto y último lugar, y de manera transversal a los puntos precedentes, la sociología chilena se ha abierto a una gran diversidad temática. Este proceso no puede ser desconectado del proceso de fortalecimiento y maduración de una sociología académica que renace con la vuelta a la democracia. Las ciencias sociales adquieren nuevo ímpetu en las universidades y se fortalecen con la presencia en la última década de nuevas generaciones, que bien vuelven del exterior con sus doctorados o bien los realizan en el país. Nuevos temas hasta hace muy poco considerados poco sociológicos, poco “políticos”, o sea poco relevantes para el desarrollo del país, ganan mayor legitimidad. Sobre todo, cada una de estas temáticas se autonomiza, con mayor o menor fuerza de una agenda política institucional.

Las cuestiones familiares se estudian cada vez más en sí mismas, independientemente de lo que significan para las políticas públicas. La escuela es cada vez más objeto de estudio de relaciones entre profesores y alumnos, más allá de las meras evaluaciones de políticas educativas comparadas a nivel nacional o internacional. Estudios sobre nuevos actores sociales, como los empresarios, aunque presentes en los años 1980, se incrementan y se acentúan. Estudios sobre el uso concreto de las normas en la vida cotidiana se desarrollan. Por último, en una lista no exhaustiva, una sociología sobre la técnica, pero también una sociología económica, de estudio de las desigualdades o del consumo tienden a afirmarse con fuerza en la última década.

Esta diversidad temática y sobre todo su autonomía intelectual respecto a lo político, aunque sin necesariamente negarlo, marcan otra arista mayor de la sociología contemporánea. En su mayor ambición intelectual, se trata de reemplazar la antigua preeminencia de lo político por otras claves interpretativas de la sociedad. Es lo que se propuso José Joaquín Brunner (1992) insistiendo en el rol clave de la cultura en la modernización del país en los años 1990; Larraín (2001) en su estudio sobre la identidad chilena; o, más ampliamente, al final de aquella década, los trabajos tan significativos que se dieron en Chile en torno al debate entre identidad, modernidad y modernización (Pinedo, 1999). En la actualidad, se puede hacer referencia también a los trabajos que proponen, desde el estudio del proceso de individuación, una interpretación general de la sociedad chilena (Araujo y Martuccelli, 2012). Todos estos trabajos, vale la pena subrayarlo, a diferencia de posturas anti-humanistas, no deniegan la importancia de lo político, pero intentan, desde perspectivas analíticas distintas, proponer nuevas vías para asentar miradas macro-sociológicas.

En definitiva, la sociología chilena hoy no está, como tantas veces se afirma a propósito de otras sociologías nacionales, en “crisis”. No solo el número de estudiantes es relativamente estable sino que incluso el número de doctorandos, muchos de ellos formados en el exterior, no deja de aumentar en los últimos años, aportando a su regreso nuevos horizontes teóricos, aunque suscitando desde ya algunas dudas acerca de su futura inserción profesional en la academia. Adicionalmente, la producción, cada vez más impulsada y orientada por los sistemas internacionales de evaluación, no cesa de ser cada vez más abundante, aunque puedan resultar problemáticas las exigencias de producción actuales para el desarrollo de la disciplina. La encrucijada de la sociología chilena, está en otro lado. Por momentos pareciera que los sociólogos dudan acerca del camino que deben recorrer. Entre los que siguen proponiendo lecturas abiertamente políticas de la situación actual (Mayol, 2012; Atria et al, 2013), aquellos que buscan paradigmas que superen el “antropocentrismo” de la “vieja” sociología, los que profesionalizan cada vez más la actividad sociológica y, por último, aquellos que exploran nuevas perspectivas de interpretación generales o pluralizan las temáticas sociológicas, existe un riesgo real de una fragmentación disciplinaria creciente que se traduzca en un todavía mayor angostamiento de un espacio de discusión golpeado históricamente por la dictadura, por una democracia de consensos, por la tecnificación y, más recientemente, por los efectos de políticas de evaluación internacionales que golpean con fuerza, y enfrentando relativamente poca resistencia, al quehacer sociológico en el país.

Bibliografía:

- Araujo, K. y Martuccelli, D. (2012) *Desafíos Comunes*. 2 Vols. Santiago: LOM ediciones.
- Atria, Fernando et al (2013) *El Otro modelo*. Santiago: Editorial Debate.
- Brunner, José Joaquín (1992) *América Latina: Cultura y Modernidad*. México: Grijalbo.
- Cardoso, Fernando Henrique y Faletto, Enzo (1969) *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI.

- Cousiño, C. y Valenzuela E. (1994) *Politización y Monetarización en América Latina*. Santiago: Cuadernos del Instituto de Sociología de la Universidad Católica de Chile.
- Garretón, Manuel Antonio (1983) *El proceso político chileno* Santiago: FLACSO
- (2014) *Las ciencias sociales en la trama de Chile y América latina*. Santiago: LOM ediciones
- Larraín, Jorge (2001) *La identidad chilena*. Santiago: LOM ediciones.
- Lechner, Norbert (2006 [1985]) *Los patios interiores de la democracia*. Obras Completas, tomo 1, Santiago: LOM ediciones.
- Martuccelli, Danilo (2015) “Cartografía y horizontes de la sociología sobre América Latina”. *Papeles del CEIC*, vol. 2015/1, nº 114, <http://dx.doi.org/10.1387/pceic.13012>
- Mascareño, Aldo (2010) *Diferenciación y Contingencia en América Latina*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado.
- Mayol, Alberto (2012) *El derrumbe del modelo*. Santiago: LOM ediciones.
- Moulian, Tomás (1997) *Chile actual: anatomía de un mito*. Santiago: LOM ediciones.
- Pinedo, Javier (1999) “Chile a fines del siglo XX: entre la modernización y la identidad”, en Eduardo Devés et al (comp.) *El pensamiento chileno del siglo XX*. México: Ministerio Secretaría General de Gobierno, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, Fondo de Cultura Económica, pp. 313 – 357.
- Pinto, Aníbal (1959) *Chile, un caso de desarrollo frustrado*. Santiago: Ed. Universitaria.
- Ramos, Claudio (2014) “Local and global communications in Chilean social science: Inequality and relative autonomy”. *Current Sociology*, Published online before print February 24, doi: 10.1177/0011392114521374
- Sunkel, O. y Paz, P. (1970) *El subdesarrollo, Latinoamérica y la teoría del desarrollo*, México, D.F.: Siglo XXI.
- Tironi, Eugenio (2005) *El sueño chileno*. Santiago: Taurus.

6. Un breve balance de la sociología en México

Enrique de la Garza Toledo¹⁴

La Sociología como disciplina académica apareció en México en 1875, cuando el ministerio de Educación de la Dictadura de Porfirio Díaz, Justo Sierra, la estableció como cátedra obligatoria en la Escuela Nacional Preparatoria de reciente creación. La principal corriente sociológica que llegó a México antes de la revolución de 1910 fue el Positivismo de Augusto Comte, introducido por uno de sus discípulos directos, Gabino Barreda, que con Justo Sierra se combinó con el evolucionismo de Spencer. Fue tan importante como doctrina legitimadora del “orden y progreso” de la Dictadura que se convirtió en la guía ideológica del grupo intelectual-político dominante durante la misma: los así llamados “científicos”. En este caso, la evaluación de Marcuse (1972) acerca del papel conservador de la Sociología en sus orígenes se cumplía plenamente al condenar ésta en México a la Revolución. Esta Sociología tenía una función plenamente ideológica para justificar la Dictadura, de tal forma que nunca se tradujo en programas de investigación empírica.

Tras el triunfo de la Revolución iniciada en 1910, el rechazo al positivismo era igualmente ideológico y su sucesor, el Positivismo Lógico, tendría que esperar muchos decenios para ser estudiado en el país. Por lo pronto, los años 1920 y 1930 fueron de ajuste de cuentas con el Positivismo originario a cargo de un espiritualismo Bergsoniano y de un marxismo de manual de academia de la URSS. La transformación de la Sociología de fondo vino hacia finales de los años 1930 desde dos perspectivas: la más profunda, la de los intelectuales españoles que arribaron al país a raíz de la derrota de la República, entre los que predominaban los Historicistas a la manera de Dilthey, y los fenomenólogos. Muchos de estos intelectuales eran filósofos profundos, conocedores de la llamada “disputa de los métodos” (Positivismo Lógico y Hermenéutica) que se desarrollaba en Europa desde inicios de aquel siglo.

Trajeron a México la presentación de la Hermenéutica, sin haber en el país Positivistas Lógicos del mismo nivel. Sin embargo, no fueron promotores de investigaciones empíricas. Su discusión se desarrollaba en un nivel más abstracto, el de la ontología y la epistemología. Ante este vacío de propuestas alternativas de cómo investigar, un extraño personaje llamado Lucio Mendieta y Núñez, abogado, se volvió el eje de las directrices de segundo nivel de la teoría, con respecto de la discusión profunda pero muy abstracta de los españoles. A finales de los años 1930 fundó el Instituto de Investigaciones Sociales en la UNAM y la Revista Mexicana de Sociología, que hasta los años 1970 fueron las instituciones que guiaban el cómo hacer sociología en México. Sin

¹⁴ Professor e pesquisador da Universidad Autónoma Metropolitana, México.

embargo, aunque se dieron a conocer muchas teorías sociológicas de alcance medio en los años 1940 y 1950 y la metodología del hipotético deductivo se filtró a través de la publicación en la Revista Mexicana de Sociología de uno de los primeros manuales norteamericanos, la investigación empírica tuvo que esperar en general hasta los años 1960.

Fue en esa década cuando se inició propiamente la investigación empírica sociológica en México. El texto que dio el banderazo fue *La Democracia en México* de Pablo González Casanova, obra de investigación empírica de acuerdo con el Hipotético Deductivo, pero en donde teóricamente se combinaban a Marx con Weber y otros autores. Sin embargo, este positivismo implícito llegó en mal momento, puesto que los aires libertarios empezaban a correr por América Latina y por México. Fueron los años de despegue de las teorías de la CEPAL sobre el desarrollo en América Latina, que pronto se reconvirtieron en teorías de la dependencia (véase el clásico texto de Rodolfo Stavenhagen, *Siete tesis equivocadas sobre América Latina*). De este modo, el positivismo como forma de investigación empírica no fructificó ampliamente frente a planteamientos dependentistas, supuestamente de inspiración marxista orientados por el método histórico-estructural. El hecho es que en la sociología mexicana no hubo polémica con el positivismo lógico ni conocimiento profundo de sus fundamentos. Otro tanto pasó con el Funcionalismo de Parsons. En México nunca hubo período funcionalista de la sociología, primero, porque llegó tarde (años 1970), y segundo, porque llegó en un decenio en el que el marxismo dominaba ampliamente el panorama de la sociología. Sin embargo, sin dar la polémica en el plano teórico o epistemológico, en esa década se hicieron las primeras investigaciones empíricas de gran aliento, con muestras muy grandes, usando los recursos estadísticos de la época. Las grandes temáticas de investigación estaban muy vinculadas con preocupaciones marxistas, tanto en su versión dependentista como no dependentista: movimiento obrero, movimiento campesino y urbano-popular, estructuras agrarias y urbanas, corporativismo y Estado, autoritarismo estatal, régimen de partido casi único, presidencialismo, socio-demografía del mercado de trabajo, marginalidad, movimiento estudiantil. Se producían amplias conexiones transdisciplinarias entre la Sociología, la Economía y la Ciencia Política a través del concepto de Modelo de Desarrollo y el de Dependencia (Arguedas, et al, 1979).

Los años 1980 fueron en México de instauración del Neoliberalismo que, como veremos, ha tenido amplias repercusiones en el quehacer sociológico hasta la fecha. En esos años la institución más influyente de la Sociología se desplazó del Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM hacia El Colegio de México. El primero más influenciado por el marxismo, el segundo por el positivismo lógico e impulsor del método hipotético deductivo. Son años de declive de la protesta, que había sido tan amplia y tan intensa en la década anterior. Aunque los nuevos profesores de las Universidades venían de ese activismo, y lograron mantener vivo al marxismo durante la década, ahora sí estaban en lucha con el funcionalismo. Son años de crisis de la teoría de la Dependencia, de gran emergencia de las corrientes anti-positivistas, hermenéuticas y postempiristas en el mundo y que llegaron tarde a México. Sea como fuere, en el plano teórico el funcionalismo no llegó a consolidarse, ni el positivismo lógico en epistemología. Aunque en la investigación empírica hubo diversidad, expresada sobre todo en la competencia

entre técnicas cualitativas y cuantitativas, ganaron terreno las segundas difundidas no por epistemólogos sino por estadísticos.

Peculiar situación la de los 1990. Se difundieron ampliamente nuevas teorías sociales como las de Habermas, Giddens, Bourdieu, Foucault y Luhmann. Entre los filósofos sí se dio la polémica contra el positivismo y la hermenéutica y de ésta con el realismo. Pero en un ambiente epistemológico anti-positivista, los investigadores sociales no encontraron inspiración de cómo investigar, por el profundo relativismo y hasta agnosticismo de las corrientes hermenéuticas y postempiristas (Gadamer, Foucault, Kuhn). Empieza, así, la época actual de la dispersión teórica, diferente de los períodos anteriores al 1980, en los que había hegemonías de corrientes. Tampoco se desarrollaron grandes polémicas entre las corrientes. Pareciera que los investigadores adoptaban conceptos más por moda que por discusión profunda de sus fundamentos (además de que ya no habría fundamentos según las corrientes dominantes en la epistemología internacional). Hasta la fecha, no hay una corriente teórica en la Sociología en México que pueda reclamar su dominancia. Es decir, hay actualización teórica en el país, pero con superficialidad. En estos años decaen el Movimiento obrero y el interés de los académicos por el mismo. Surgen también las primeras formas de reestructuración productiva en grandes empresas (tecnología, organización flexibilidad, cultura) que inauguran nuevas transdisciplinariedades lideradas por la sociología, que trajo al país a las teorías de la Regulación, de la especialización flexible, las neoschumpeterianas, entre otras. De forma más concreta, la sociología del trabajo tuvo un importante repunte y a destiempo se conocieron las corrientes francesa (Touraine, Friedman y Naville) e inglesa (Hyman), principalmente. En la sociología política, se debilita la visión marxista en un contexto neoliberal que privilegia las teorías de elección racional, a la vez que se fortalece en los estudios empíricos el análisis estadístico (Andrade y Leal, 1994).

La forma que adquirió en México el clima internacional anti-fundacionista y de crisis de paradigmas, así como la postmodernidad, fue la de adopción de múltiples marcos teóricos, de predominio de la investigación empírica implícitamente positivista, pero conviviendo con el cualitativismo. Las temáticas se diversificaron, aunque fueron muy relevantes temas como las migraciones, la transición del sistema político a una supuesta democracia, la identidad y la subjetividad, los efectos de la globalización y del neoliberalismo. Es decir, no obstante las temáticas se revitalizaron y las teorías adoptadas conceptualmente también, cesaron las grandes polémicas y, en todo caso, se mantuvieron restringidas a lo muy especializado (Paoli Bolio, 1990). La Sociología se fragmentó en muchas especialidades con comunidades diferenciadas y formas de entender cómo hacer investigación también. En otras palabras, una diversificación de enfoques teóricos, traídos sobre todo por egresados de Doctorados de los países desarrollados, que reproducen aquellos manejados por sus mentores y su círculo (Zabludovsky, 1997).

La escisión con la epistemología es casi total en los 1990. Ésta se había vuelto mayoritariamente relativista y no proporcionaba e incluso desautorizaba, en general, la búsqueda de la verdad. No podía proporcionar guías para la investigación social, desde el momento en que muchas de las doctrinas más influyentes profesaban una profunda desconfianza con la ciencia. No significa que por ausencia de alternativas todos los investigadores cayeran en brazos de un positivismo, endeble en fundamentos pero con

recetas fáciles de entender. Aunque no dejaron de desarrollarse investigaciones inspiradas en la fenomenología de Schutz, los interaccionistas o etnometodólogos, o la Antropología comprensiva. Es decir, las corrientes hermenéuticas menos radicales, o bien dejando entre paréntesis su relativismo del poder determinante del saber en Foucault. Lo que no encontraremos en el plano nacional es un debate acerca de los fundamentos que llevaran a rechazar al positivismo y adoptar corrientes como las mencionadas. En la Teoría Sociológica predomina el perfil de comentarista de textos, al grado de poderse afirmar que no hay actualmente creadores de Teorías. Los temas de investigación preferentes son diversos, pero destacarían, una vez más, las migraciones, el género, los nuevos movimientos sociales, los sociodemográficos del mercado de trabajo, el sistema político, la cultura política, las identidades y subjetividades, la globalización y el neoliberalismo. Habría que anotar que para finales de los 1990 se extiende la impresión, entre los académicos de la sociología, sobre el fracaso del neoliberalismo en lo económico, para paliar la pobreza y la desigualdad, así como de la reforma política para conducir a la democracia.

Es en esta década cuando se consolidan los mecanismos institucionales de control de la academia. En México no hubo dictadura militar en los 1970, aunque sí un régimen bastante autoritario. Las Universidades no fueron desmanteladas, como en Chile o en Argentina, y los estudios sociológicos no fueron suspendidos como es esos países. Al instaurarse el neoliberalismo a mediados de 1980, el nuevo orden no contaba en general con la academia porque esta venía del movimiento del 1968 y tantos otros movimientos sociales que emergen desde entonces. La opción gubernamental fue crear una institucionalidad que ha metido a la academia en un sistema de investigación productivista en donde lo que cuenta no es el compromiso con lo que se investiga, sino ser aceptado por el sistema. Esto se traducirá en puntajes que se reflejarán en ingresos adicionales a través del Sistema Nacional de Investigadores (SNI), de los sistemas de becas y estímulos de cada Universidad y de muchos programas de canalización de recursos para la investigación en financiamiento de proyectos, para redes de investigadores y para revistas aceptadas por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt). No se trata de pequeños montos, sino un sistema que ha estratificado muy fuertemente el ingreso monetario de los académicos con implicaciones en el prestigio y en el acceso a otros recursos para investigar.

La primera consecuencia fue en la metodología, ya que la burocracia del Conacyt determinó formatos para presentar proyectos de investigación de corte positivista. Esto marca cómo tienen que funcionar los investigadores para ser más probablemente aceptados. Es decir, el positivismo se ha afianzado en México en plena época relativista no por debate kuhniano entre paradigmas, sino por imposición institucional. Para esa perspectiva, el hipotético deductivo es prácticamente *el* método de la ciencia, como si estuviéramos en los 1960; la cuantificación es preferida a la cualificación; y hay un privilegio del dato sobre la reflexión teórica. Los sociólogos hasta cierto punto lo han interiorizado y, si no lo aceptan, lo asumen para poder prosperar. Las normas institucionales, establecidas no por intelectuales de importancia, presionan también en cuanto a cuáles temas son válidos para investigar (por ejemplo, el desprecio que reciben las investigaciones acerca de trabajadores frente al ensalzamiento y apoyo de los estudios

sobre innovación en las empresas que ignoran al trabajo). A pesar de todo, no cesa el debate en cuanto a las bondades del neoliberalismo (en lo rural, urbano, para los jóvenes, las mujeres, los indígenas, vinculado con la violencia, el narco) y los sociólogos se han inclinado más hacia el campo del pesimismo, sin vislumbrar salidas razonables.

Un efecto perverso adicional de los sistemas de estímulos ha sido el desencanto acerca de los movimientos sociales de los académicos de la sociología, su alejamiento de los movimientos sociales, que ha llevado a discusiones meramente abstractas rayando lo bizantino. Además, las antiguas formas de vincularse con los sujetos sociales (típicas en años 1970 y 1980) hacen perder el tiempo y no resultan en productos académicos legítimos en un contexto neoliberal (Maya López, 2005). Como consecuencia de todo eso, el vínculo discursivo más importante con el palpitar del país no corre a cargo de investigadores, sino de un nuevo actor: el formador de opinión en televisión y radio.

El sistema productivista reseñado sí funciona en términos de producción y de productividad de artículos, libros y ponencias en congresos. Un estudio reciente muestra que, entre 2005 y 2011, el número de artículos indexados de sociología en México fue de 1603. En tipos de revistas, las sociológicas fueron las primeras en ciencias sociales. En número de artículos la sociología fue el número 2, después de los de educación. Del total de artículos en ciencias sociales, el 13.4% correspondieron a sociología y, en general, hay una tendencia decreciente con el tiempo (Contreras, et al., 2014). Al mismo tiempo, la política gubernamental de apertura de Doctorados de calidad (certificados) en provincia provocó que la existencia histórica de instituciones emblemáticas de la sociología (el Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM, primero, y luego El Colegio de México) se viera desplazada por otras instituciones especializadas en temas que las dos primeras no podían abarcar o en los que no tenían la primicia. Así como no puede hablarse actualmente de la hegemonía de una corriente teórica en la sociología mexicana, lo mismo vale si pensamos una u otra institución en particular.

Sin embargo, a pesar del aumento de la producción y de la productividad en la sociología mexicana, su impacto social es muy dudoso. Hay un control burocrático sutil de temáticas, métodos y formas de presentación de resultados, sin que haya una evaluación directa de la calidad, excepto por número de citas. La contraparte del productivismo es la “evaluacionitis”, que imprime un ritmo continuo de evaluación por parte del Conacyt, de la subsecretaría de educación superior, de las propias universidades, de las redes, las revistas, los postgrados, etc.).

Además del ingreso monetario y de los apoyos a la investigación, el “prestigio” se mide por el nivel en el sistema nacional de investigadores (I, II o III), en la escala de evaluación de estímulos de la propia Universidad (por ejemplo A, B, C, o D); si se pertenece a cuerpos académicos consolidados o a redes; si una revista en la que se publica forma parte de padrón de excelencia del Conacyt, y así por delante. Al académico sólo le queda adaptarse a las reglas, sin mucha discusión acerca de éstas que, junto con el envejecimiento de la planta de profesores e investigadores (60 años en promedio de edad), han generado una planta de investigadores esterilizada para los grandes debates, algo muy diferente a lo que vivía esta generación en sus inicios (post 68). Las nuevas generaciones, además de las dificultades para ubicarse en las Universidades (los antiguos no se quieren jubilar; la jubilación no es obligatoria, porque verían muy mermados sus ingresos),

nacieron y vivieron en el neoliberalismo. No pasaron por las experiencias de sus predecesores (las grandes insurgencias de masas de los 1970), formados o influenciados, por contrapartida, en el relativismo o en la postmodernidad.

En suma, en la sociología mexicana hay una pérdida de la conciencia teórica y/o epistemológica, regida más por las modas y por los estímulos y becas. Este ha sido el saldo del neoliberalismo: producir sin pensar; “neutralidad” sin crítica; una academia domesticada. Para salir de este marasmo será necesario un impulso que venga del exterior, de los movimientos sociales o políticos, que commuevan las conciencias y ayuden a recuperar la memoria.

Bibliografía

- Andrade, A., J.F. Leal (1994) *La Sociología Contemporánea en México*. México, D.F.: UNAM.
- Arguedas, Leda, et al., (1979) *Sociología y Ciencia Política en México*. México, D.F.: UNAM.
- Contreras, Oscar, et al. (2014) *Informe sobre la producción en México en Ciencias Sociales y Humanidades*. Tijuana: COMECOSO.
- Marcuse, H. (1972) *Razón y revolución*. Madrid: Alianza Editorial.
- Maya López, Laura (2005) “A Veinte Años de Sociológica”, v.20, No. 59, sept-dic
- Paoli Bolio, F. (1990) *Desarrollo y organización de las Ciencias Sociales en México*. México, D.F.: Ed. Porrúa.
- Zabludovsky, Ginna (1997) *Teoría Sociológica y Modernidad*. México, D.F.: Plaza y Valdés.

7. Resenha de “*¿Qué significa pensar desde América Latina?*” de Juan José Bautista

Natasha Bachini

Bautista, Juan José. *¿Que significa pensar desde América Latina?: hacia uma racionalidade transmoderna y postocidental*. Madri: Ediciones Akal S.A., 2014.

Juan José Bautista S. é um sociólogo e filósofo boliviano, reconhecido pelos seus trabalhos críticos à racionalidade moderna e ao eurocentrismo. De origem indígena, formou-se em Sociologia pela Universidad Mayor de San Andrés e fez mestrado e doutorado em Filosofia na UNAM (México), onde conheceu Enrique Dussel e Franz Hinkelammert, autores dos quais se tornou discípulo. Dentre as suas obras, destacam-se *Hacia una crítica ética de la racionalidad moderna* (2013), *Hacia la descolonización de la Ciencia Social Latinoamericana* (2012), *Hacia una dialéctica del desarrollo de la vida* (2012) y *Crítica de la razón boliviana* (2010).

Em *¿Que significa pensar desde América Latina?*, Bautista propõe a elaboração de uma filosofia transmoderna, que tenha como horizonte cognitivo a América Latina e pense a realidade por meio de uma dialética do desenvolvimento e da reprodução da vida.

Inserido no debate pós-colonial, o autor é influenciado pelas obras de Heidegger (*O que significa pensar*, 1972) e, especialmente, pelos pensamentos de Marx, Dussel e Hinkelammert. A partir desse aporte teórico, Bautista reflete sobre as mazelas produzidas pela modernidade no território latino-americano, que se estendem, na visão do autor, do âmbito econômico à esfera intelectual.

Sob uma perspectiva muito próxima às de Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2010)¹⁵, Bautista entende a criação da Filosofia moderna como uma estratégia de dominação e negação dos povos não-occidentocêntricos, suas culturas e seus saberes. Sua pretensão à universalidade, à racionalidade e à superioridade são apontadas pelo autor como fundamentais aos processos de consolidação do sistema capitalista e de colonização dos povos não-europeus, cujas consequências são a desigualdade, a pobreza, a exclusão

¹⁵ Mignolo sugere que “a matriz colonial do poder é uma estrutura complexa fruto da dominação eurocêntrica, de três níveis entrelaçados: o do poder, do saber e do ser” (MIGNOLO, 2010 *apud* BALESTRIN, 2013). Para o autor, a colonização política da América Latina, da África e da Ásia iniciada no séc. XVI decorre e é justificada por um discurso eurocêntrico modernizante, que permitiu não apenas a exploração política e econômica dos povos originários desses territórios, como também provocou a alienação de suas subjetividades. Maldonado-Torres (2007) segue a mesma linha de pensamento, especialmente no que se refere ao conceito de colonialidade do Ser, propondo o conceito de diversidade radical por meio do qual, ao mesmo tempo em que critica o eurocentrismo, destaca o potencial das epistemes não europeias.

e o racismo. Por isso, Bautista entende que, ao refletirmos sobre a realidade a partir de teorias e conceitos da ontologia moderno-ocidental, estamos produzindo um pensamento situado e local, e reproduzindo esses processos de dominação e colonização.

A respeito do processo de colonização do conhecimento, Bautista observa como diversas obras acerca do pensamento filosófico mundial, como a de Randall Collins¹⁶, possuem milhares de páginas, mas nenhuma sequer dedicada ao pensamento latino-americano, como se ele não existisse. Bautista destaca também como propositalmente a Filosofia moderna estabeleceu o marco do começo da história na Grécia Antiga, desconsiderando que esta havia sido uma colônia egípcia e que houve centros de sistema-mundo anteriores aos gregos, como a China, por exemplo.

Outra crítica feita pelo autor nesse âmbito se refere a periodização ideológica da história como antiga, medieval e moderna, que afirma a “inevitabilidade modernizadora”, como se a modernidade fosse o estágio superior alcançado pela humanidade ao qual todos povos estão predestinados a chegar. Segundo Bautista, isso ocorre porque a ontologia moderna parte do Ser europeu, do seu território e de sua realidade, excluindo a realidade dos demais povos que foram explorados para possibilitar o desenvolvimento e o progresso das economias capitalistas do Norte. Aqui observamos a convergência de Bautista com os teóricos dependentistas e com os autores do grupo Modernidade/Colonialidade, no sentido que o subdesenvolvimento não é uma condição para um processo evolucionista, mas sim está ligado à expansão dos países industrializados, de modo que “não existe modernidade sem colonialidade, já que esta é parte indispensável da modernidade”. (QUIJANO, 2000, p. 343)

Portanto, para que se construa um pensar crítico sobre a realidade e para que seja possível superá-la, Bautista defende que a ética da libertação¹⁷ seja a base da fundamentação de um pensamento crítico latino-americano transmoderno, pois essa parte de uma história anterior à modernidade, da história que foi negada pelo processo de colonização.

Mas o que seria o pensamento crítico transmoderno ou a filosofia transmoderna? De acordo com Bautista, o primeiro autor a usar esse conceito foi Dussel, em *El encubrimiento del outro* (1992). Discípulo de Dussel, em seu livro, Bautista define esse conceito observando que o prefixo *trans* não é sinônimo de *pós*, visto que não parte de conceitos modernos para a crítica à modernidade, nem significa a negação niilista da modernidade e do conhecimento por ela desenvolvido, mas a elaboração de um pensamento e de novas categorias para *além* daquela, que tenham como *locus* o que foi sistematicamente negado pela modernidade nos últimos 500 anos. Nesse sentido, para que de fato se construa uma compreensão total da realidade, o autor entende que é necessário partir não apenas dos territórios e conhecimentos invisibilizados pelo projeto moderno, mas de uma nova concepção de ética que valorize, sobretudo, a vida.

¹⁶ COLLINS, Randall. *The sociology of philosophies: a global theory of intellectual change*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

¹⁷ O uso do conceito de libertação em vez de emancipação marca a distinção do pensamento decolonial do debate pós-moderno, pois, para esses autores, o horizonte cognitivo do discurso emancipatório tende a ser eurocentrado e limitado pela totalidade, enquanto o projeto de libertação parte da exterioridade, referindo-se à América Latina e seus sujeitos concretos. (PAZZELO & DA MOTTA, 2013).

O livro se estrutura em três partes e nove capítulos. Na primeira parte, intitulada *Do pensar*, Bautista discute os conceitos e categorias centrais da obra de Enrique Dussel, defendendo-a como um empreendimento filosófico exemplar do que significa pensar desde a América Latina e do pensar ana-dia-lético, que se coloca além da dialética moderna e parte do reconhecimento do outro negado pela totalidade ocidental. O autor explica como, por meio de um diálogo crítico com Hegel, Heidegger, Ricoeur e Levinas, Dussel propõe a transcendência cognitiva da racionalidade ontológica-moderna-ocidental e a estruturação da filosofia latino-americana a partir da linguagem metafísica da alteridade negada. Nesse sentido, o autor destaca que a alteridade é entendida por Dussel como distinção e não como diferença, visto que busca compreender a realidade por meio da dimensão que não está incluída no meu mundo, do *locus* do outro.

Tendo em vista a superação do capitalismo e da modernidade, a filosofia de Dussel, e posteriormente de Bautista, interpela o sujeito moderno a partir da sabedoria “ininteligível” do outro, que é o pobre, o índio, o dominado, o mestiço, o oprimido. Para tanto, é necessário, segundo Bautista, intentar um novo princípio ético e epistemológico:

“O problema é construir um marco categorial que permita entender no plano da filosofia a especificidade do problema do subdesenvolvimento, da dependência, da opressão, do colonialismo, da miséria, da ignorância, da negação, do sofrimento e da exclusão latino-americanos e para ele (*Dussel*) não bastava (porque era insuficiente) o pensamento e a filosofia europeus, porque estes não eram nem nunca foram seu problema”. (BAUTISTA, 2014, p. 25, *tradução minha*)

Assim como Dussel, Bautista critica o chamado marxismo ocidental, linha de pensamento predominante na América Latina de 1945 a 1990, e o pós-modernismo, argumentando que essas teorias não possuem um caráter verdadeiramente emancipatório, pois, por mais que rechacem o capitalismo, partem de pressupostos modernos e ocidentais¹⁸. Para os autores, além de essas correntes expressarem em parte a colonização do pensamento latino-americano, assumi-las corresponde a afirmar o suposto caráter de inferioridade histórica inata dos povos não europeus. Do mesmo modo, os autores confluem mais uma vez com a teoria da dependência quando observam que aderir ao discurso desenvolvimentista é perpetuar o nosso subdesenvolvimento: “quando, querendo ser o que não somos (desenvolvidos), ao final terminamos negando o que éramos para poder ser o que não somos” (BAUTISTA, 2014, p. 58, *tradução minha*).

Outro ponto importante de Dussel retomado por Bautista é como o socialismo real e o neoliberalismo contribuíram para o afastamento da teoria política e da filosofia da ética e o quanto é importante essa reaproximação para a superação do paradigma moderno. Sob essa perspectiva, explica que Dussel estrutura sua ética multifundacional em três princípios inspirados nas obras de três autores: materialidade e trabalho vivo (Marx), giro pragmático e a questão do *locus* do pensamento latino americano (Apel) e princípio da vida (Hinkelammert).

¹⁸ Nesse ponto, Bautista observa que Dussel considera o movimento zapatista (1994) como o primeiro movimento que rompe com a modernidade na América Latina, pois este propõe uma interpelação a partir do passado pré-hispânico.

Especialmente acerca da obra de Hinkelammert e sua influência em Dussel, Bautista esclarece que o primeiro defende, antes de uma ética da libertação, a necessidade de reivindicar uma ética da vida da vítima pobre e dominada. Para Hinkelammert, a racionalidade meio-fim da economia de mercado neoliberal possui um caráter totalitário, pois, ao garantir o desenvolvimento por meio da destruição da natureza e miséria dos homens, está levando toda a humanidade ao suicídio de modo inconsciente.

A relação com a natureza das culturas originárias é uma referência de suma importância à ética dusseliana e a proposta bautistiana de uma nova racionalidade, visto que, primeiramente, precisamos estar vivos para pensar e transformar a realidade. Para esses autores, esse tipo de relação se opõe à gravidade gravíssima do presente, que é a produção sistemática da morte por meio do avanço tecnológico, da dominação e da exploração do trabalho humano e da natureza.

Na segunda parte, *Da crítica*, Bautista discute a crise da racionalidade ocidental¹⁹ de nosso tempo e o desenvolvimento na América Latina de um pensamento epistemológico distinto, de uma filosofia não-ocidental. Para tanto, o autor volta à história da filosofia e às raízes da divisão entre filosofia, epistemologia e metodologia.

Nesse trecho, o autor evidencia a relação entre a produção do conhecimento e o desenvolvimento econômico. De início, Bautista discute a criação do “mito grego”, que, em sua visão, foi criado para justificar a situação histórica europeia como se Grécia e Europa tivessem surgido de si mesmas, renegando os seus antecedentes e destruindo a memória histórica dos povos que conquistaram. Bautista enfatiza que “a modernidade é a primeira civilização que concebe o antigo como algo mal ou inferior em si”, de modo que afirma a sua superioridade perante os outros povos nomeando-os como bárbaros. (BAUTISTA, 2014, p. 103, *tradução minha*)

Bautista destaca que essa concepção de conhecimento nas sociedades latino-americanas produz uma série de consequências, como: 1) a produção de desconhecimento e negação da história do continente e seus verdadeiros problemas; 2) dificuldades de desenvolvimento ou desenvolvimento lento das Ciências Sociais e da Filosofia na América Latina; 3) produção de ideologia, não de Filosofia e Sociologia.

Sendo assim, do mesmo modo que autores como Mariátegui, Mignolo e Stavenhagen, Bautista entende que a solução para esses problemas não é nos atualizarmos com e para a modernidade, pois essa já se mostrou incapaz de resolver os problemas que ela mesmo criou, mas construir um conhecimento desde muitos séculos antes do seu surgimento, um projeto transmoderno, que tenha a séria intenção de formalizar um pensar epistemológico desde os problemas teóricos da América Latina.

Para Baustista, somente uma teoria transmoderna pode ser realmente crítica, visto que o que se conhece até então por teoria crítica tem ido contra a sua própria definição, ou seja, não tem contribuído para a transformação da realidade, transformando-se pouco

¹⁹ Quando Bautista utiliza a expressão “crise da racionalidade ocidental”, está dialogando diretamente com a obra de Husserl *A crise das ciências europeias e a fenomenologia trascendental* (1991). Nesse texto, Husserl argumenta que a crise da racionalidade ocidental reside na cultura de matematização do pensamento oriunda da fundamentação proposta pela modernidade das ciências do espírito sobre as mesmas bases das ciências naturais, e que tem como consequência a ruptura entre o objetivismo fisicalista e o subjetivismo transcendental. Feito esse diagnóstico, o autor propõe nessa obra uma fenomenologia transcendental, que reconecte a racionalidade aos problemas humanos, ao mundo da vida.

a pouco em teoria tradicional, pois sua ideia de emancipação está intrinsecamente ligada a dois fundamentos modernos: racionalidade e industrialização.

Bautista avança nesse argumento com base no conceito de crítica-ética de Franz Hinkelammert. O autor pontua que em Hinkelammert a concepção de ética tem um caráter kantiano, é normativa, baseia-se na aspiração ao bem-comum. O bem-comum para o autor define-se pelo equilíbrio, resistência, interpelação dos valores e respeito a vida humana. Além disso, a ética hinkelammeriana compreende a responsabilização pelos efeitos indiretos ou não-intencionais das ações.

Segundo o autor, para Hinkelammert as maiores contradições da modernidade residem nas concepções de bom, justo e verdadeiro, pois aquilo que é assim considerado na ética teleológica moderna, cujo fim é a produção de capital, tem como meios a destruição da natureza e a exploração (e por vezes a eliminação) do próprio homem. A economia política neoliberal e o direito moderno, ao tomarem como absolutas as leis de mercado, na visão do autor, dirigem os homens e fazem com que eles às sirvam sem critério, o que configura sua tendência destrutiva e o seu caráter irracional.

Destarte, ao partir da lógica da indeterminação, Hinkelammert rompe com o positivismo moderno e propõe a epistemologia da crítica-ética, que questiona as teorias, produz novos métodos pertinentes às realidades tematizadas e indica que é possível viver de um modo distinto e pensar a partir de outros horizontes racionais. No entanto, sua proposta não é “produzir outra ordem, mas produzir uma ordem cuja centralidade gire em torno da produção e reprodução da vida da humanidade e da natureza”, visto que a “modernidade tem negado a possibilidade de viver dignamente a várias pessoas”. (BAUTISTA, 2014, p. 120)

No entanto, Bautista entende que a realização da crítica-ética de Hinkelammert prescinde de uma análise da sociedade que vá além das Ciências Sociais e da Economia, como a da teologia da libertação²⁰. O autor afirma que a teologia da libertação é uma ortopraxis, pois se baseia na vida concreta dos crentes que sofrem as injustiças produzidas pelo sistema, mas que, ao mesmo tempo, creem em Deus e querem entender por que o seu reino não chegou até eles.

Bautista ressalta que, antes da teologia da libertação, a filosofia nunca havia pensado o tema da pobreza. Acerca desta questão, o autor explica que para essa corrente Deus está na relação intersubjetiva entre seres humanos que se reconhecem como irmãos, de modo que a existência do pobre se configura como “uma prova evidente de uma sociedade sem Deus”. Assim, o caminho para a libertação apontado por esses autores é o do mútuo reconhecimento que, por consequência, acabaria com a desigualdade e viabilizaria a superação do capitalismo.

Na terceira parte do livro, *Da racionalidade*, finalmente Bautista apresenta sua teoria de filosofia latino-americana e sua proposta de como viabilizar a transformação social a partir da recuperação das relações comunitárias e de uma produção de alimentos cuja base não seja a exploração da natureza, mas a reprodução da vida.

²⁰ A teologia da libertação é um movimento cristão surgido nos países da América Latina na década de 1960, após o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín (1968), cujos membros consideravam que o Evangelho exigia a opção pelos mais pobres e que, para realizar essa opção, a teologia deveria se utilizar dos conhecimentos das ciências humanas e sociais para libertá-los das injustiças sociais que sofrem.

O autor inicia a sua argumentação a respeito de “como pensar com Marx para mais além de Marx”, diferenciando as categorias hegelianas analisar, refletir e pensar. Bautista enfatiza que o pensar é o ato próprio da ciência, pois observa o horizonte cultural e civilizatório que está por trás do sujeito. Ao propor o pensar desde a América Latina e a transição para uma forma de vida distinta, transmoderna ou pós-ocidental, o autor entende que devemos partir da matriz histórico cultural cuja forma de vida é comunitária e não social, inspirando-se nas comunidades do mundo andino-amazônico da Bolívia e seus conceitos fundadores.

O primeiro passo à transcendência indicado por Bautista é a passagem das relações sociais coisificadas produzidas pelo capitalismo e da subjetividade por ele produzida, para as relações comunitárias, que têm um fundamento ecológico e concebem o homem e a natureza enquanto sujeitos. O segundo passo é a recuperação da racionalidade das comunidades ameríndias encoberta pelo caráter fetichista e totalitário da sociedade moderna. Para tanto, segundo o autor, é necessário pensar a sociedade a partir do que ela nega: as relações diretamente sociais das pessoas com seus trabalhos nas comunidades ameríndias. O terceiro passo proposto por Bautista é a transição da doutrina de Hegel à teoria do fetichismo de Marx e Hinkelammert. Nessa transição, o conceito de reino da liberdade de Marx é apontado pelo autor como transcidente, visto que propõe relações de trabalho livres a partir da expropriação dos meios de produção. Isso significa um rompimento com o mito do progresso e com a ideia de realização sempre futura das sociedades humanas, pois a possibilidade de transformação está materializada no tempo presente. Em outras palavras, assim como os indígenas dos Andes já declaravam no séc. XIX, é preciso lutar pela libertação do tempo da dominação.

Dessa maneira, Bautista entende que a teoria transmoderna deve: 1) partir de outro *locus* de enunciação, pois o projeto de razão europeu baseia-se na exploração e dominação da América Latina; 2) negar as noções de que a racionalidade e a crítica são exclusivamente modernas; 3) mostrar as limitações das categorias mais importantes produzidas pela modernidade para ir além delas; 4) tomar autoconsciência²¹, no sentido de examinar como se enfrentam os desafios de história latino-americana²²; 5) ter como princípio produzir um mundo onde seja possível a vida de todos.

Segundo Bautista, as concepções de natureza como *Pachamama* e de comunidade dos povos andino-amazônicos são fundamentais a esse processo, pois diferentemente da subjetividade moderna, cuja base é a solidão existencial, a subjetividade desses povos se desenvolve na relação com *Pachamama*²³, e a “a vida de nossa subjetividade depende da vida dela”. Essa diferença nos ajuda a compreender, por exemplo, porque para os europeus não há problema em agredir a natureza. (BAUTISTA, 2014, p. 249, *tradução minha*)

²¹ O processo de autoconsciência consiste na compreensão do desenvolvimento da subjetividade dos povos que estrutura a sua cosmovisão, e o conteúdo de sua subjetividade é definido pelas relações que os homens estabelecem com a natureza (BAUTISTA, 2014).

²² Para Bautista, esse processo nos prepara para ser os sujeitos reais da política e da história.

²³ Pachamama é a deidade máxima para os povos andinos (especialmente bolivianos, peruanos, argentinos e chilenos) que representa a geração da vida, cuja concepção está relacionada fundamentalmente com a terra, a fertilidade e o feminino.

O autor comenta ainda que alguns projetos ditos emancipadores, porém típicos de sujeitos colonizados, como o de Evo Morales, procuraram recentemente unir as duas cosmovisões. No entanto, essa iniciativa é contraditória na visão de Bautista em pelo menos dois pontos: i) o custo da industrialização força a Bolívia a importar tecnologia, o que dá continuidade ao atraso e desenvolvimento da região; ii) a ideia de *Suma Qamaña* não permite que haja exploração industrial da natureza, o que não é respeitado no projeto de Morales.

Nesse sentido, Bautista retoma mais uma vez o argumento dependentista de que ingressamos no mercado capitalista como provedores de matéria-prima e consumidores de mercadoria, sustentando o desenvolvimento europeu. Enquanto os países da Europa viviam a segunda revolução industrial, por exemplo, a América Latina não tinha passado nem pela primeira. Além disso, quando países como o Paraguai tentaram se industrializar, sofreram forte retaliação internacional. Portanto, a concepção de desenvolvimento moderna nunca conduzirá a América Latina ao desenvolvimento. Assim, para construir uma dialética de desenvolvimento da vida, a alternativa dos países latino-americanos é partir de outra concepção de desenvolvimento que não se baseie na exploração de outros povos.

Bautista conclui sua argumentação reafirmando que a racionalidade transmoderna deve prever a reprodução da vida; que deve pensar “o que éramos, o que somos e o que queremos ser” a partir de lemas como *Suma Qamaña*, *Ñandereco* (vida harmoniosa), *Tekokavi* (vida boa), *Ivi Maraei* (terra sem mal) e *Qhapaj ñan* (caminho ou vida nobre). Nesse processo, para o autor é imprescindível a recuperação de um sistema de produção dos alimentos que permita a produção e reprodução da vida, visto que não consumimos apenas os nutrientes, mas a intencionalidade pela qual os alimentos foram produzidos.

Em suma, o diagnóstico realizado por Bautista a respeito da colonialidade latino-americana dialoga, em larga medida, com o debate pós-colonial, não apresentando grande originalidade nesse campo. Por outro lado, a densa estrutura epistemológica apresentada e o caráter propositivo de sua teoria se destacam em relação a outras obras do pensamento decolonial, que, comumente se concentram no âmbito do diagnóstico e não apontam caminhos plausíveis de superação do eurocentrismo e da desigualdade imposta pelo sistema capitalista.

No entanto, o autor poderia ter dedicado mais páginas ao conhecimento dos povos pré-hispânicos do que aos conceitos herdeiros das matrizes europeias. Os conceitos relacionados a essa primeira matriz são tratados apenas sumariamente na última parte do livro e, sem uma articulação que torne clara e direta sua proposta de elaboração de um pensar transmoderno, desde a América Latina.

Referências Bibliográficas:

- BALLESTRIN, Luciana (2013). A América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- QUIJANO, Anibal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

- MALDONADO-TORRES, Nelson (2007). “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, em CASTRO-GOMEZ, Santiago & GROSFOGUEL, Ramon (coords.) *El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporaneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.
- MIGNOLO, Walter (2002). “The geopolitics of knowledge and the colonial difference”. *The South Atlantic Quarterly*, v. 101, n. 1, p. 57-95.
- PAZELLO, Ricardo Prestes & MOTTA, Felipe Heringer Roxo da (2013). Libertaçao e emancipaçao: uma revisão conceitual para a América Latina. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v.2. n.3.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. (1963), “Clases, colonialismo y aculturación en América Latina”. *Revista América Latina - CLAPCS*, no 4, pp. 63-104.

8. Apêndice

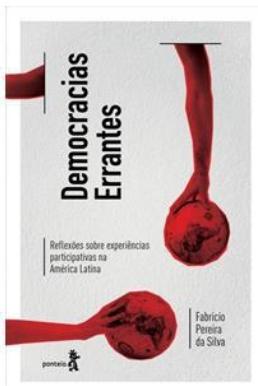
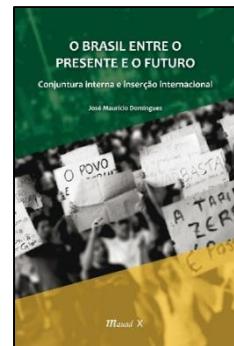
Na última edição destes Dossiês Temáticos (n. 4: *Sociologia Latino-Americana: Originalidade e Difusão*), incluímos um apêndice com a finalidade de sistematizar a retomada das atividades de pesquisa do NETSAL nos últimos anos, concomitante à transição institucional do IESP/IUPERJ para a UERJ. Em poucas páginas, a intenção foi construir uma visão de conjunto do trabalho realizado nos mais diferentes formatos, como a publicação de livros individuais e coletivos, o lançamento de iniciativas editoriais próprias, a organização de seminários de debate acadêmico e político, a circulação de pesquisadores visitantes no núcleo e a remodelagem de nossa comunicação virtual. A ideia de preservar essa memória através de um registro anual foi então acolhida pela coordenação. Por ser a publicação que mais amplamente dialoga com nossas linhas de discussão ao longo do ano, o Dossiê Temático foi o veículo escolhido para abrigar essa retrospectiva. Além da continuidade de publicações seriadas como os Cadernos de Trabalho e dos Dossiês Temáticos, o ano de 2015 merece destaque pela oportunidade de recolocar em pauta as manifestações de junho de 2013, com colóquio nacional dedicado ao tema, e também pela oportunidade de reunir nossos pesquisadores associados no I Seminário Internacional de Teoria Social e América Latina realizado em outubro.

Livros:



MELO, Daniela Tranches de. *Movimentos sociais e a institucionalização de políticas públicas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: MAUAD/FAPERJ, 2015.

DOMINGUES, José Maurício. *O Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura atual e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2^a Edição revista e ampliada, 2015.

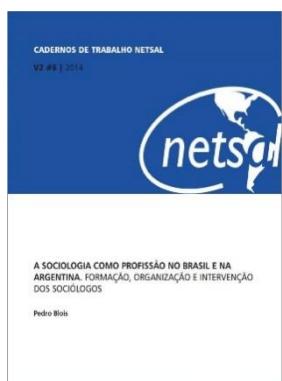


SILVA, Fabrício Pereira da. *Democracias errantes: reflexões sobre experiências participativas na América Latina*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015.

MANEIRO, María; BERTOTTI, María Carla; FARÍAS, Ariel & GRANCE, Ernesto. *Imágenes en movimiento*. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2015.



Cadernos de trabalho:



- “Sociologia política e o espectro da modernização na América Latina”, de Pedro Borba (**Vol. 3, n. 2, 2015**).
- “Chile en la encrucijada de un nuevo ciclo”, de Alexis Cortés (**Vol. 3, n. 1, 2015**).
- “A sociologia como profissão no Brasil e na Argentina: formação, organização e intervenção dos sociólogos”, de Juan Pedro Blois (**Vol. 2, n. 3, 2014**).

– “Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, ejes de conflicto y relaciones”, de Breno Bringel e Alfredo Falero (**Vol. 2, n. 2, 2014**).

- Ver edições anteriores em netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/publicacoes/working-papers

Eventos:



- Colóquio “Jornadas de Junho... dois anos depois” (22/06/2015)

Dois anos após as manifestações que sacudiram o país em junho de 2013, este Colóquio pretende discutir os resultados das pesquisas empíricas realizadas na política, na sociedade e na cultura. Serão apresentadas interpretações que resultam de pesquisa empírica realizada ao longo dos dois últimos anos em diferentes cidades, bem como análises da atual conjuntura política.



- I Seminário Internacional de Teoria Social e América Latina (16 e 17/10/2015)

Este seminário foi a primeira iniciativa de reunir os pesquisadores associados do NETSAL sediados em diversas instituições do país e do exterior. Vertebrado em torno de temas como sociologia econômica, teoria sociológica e movimentos sociais, o debate teve um forte potencial para fomentar sinergias intelectuais e institucionais. Além de editar na forma livro os textos enviados pelos participantes, esperamos realizar esse encontro a cada dois anos a fim de estreitar os vínculos da equipe.

RESUMO (1000 palavras):

Este seminário foi a primeira iniciativa de reunir os pesquisadores associados do NETSAL sediados em

diversas instituições do país e do exterior. Vertebrado em

torno de temas como sociologia econômica, teoria

sociológica e movimentos sociais, o debate teve um

forte potencial para fomentar sinergias intelectuais e

institucionais. Além de editar na forma livro os textos

enviados pelos participantes, esperamos realizar esse

encontro a cada dois anos a fim de estreitar os vínculos

da equipe.